



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Adoção de Reportes ESG na Sustentabilidade Corporativa do Setor Empresarial de Grandes Empresas na RAA

Carolina Alexandra Martins de Serpa

Mestrado em Gestão de Empresas

Orientadora:

Professora Doutora Florinda Maria Carreira Neto Matos,
Professora Auxiliar,

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024



BUSINESS
SCHOOL

Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral

Adoção de Reportes ESG na Sustentabilidade Corporativa do Setor Empresarial de Grandes Empresas na RAA

Carolina Alexandra Martins de Serpa

Mestrado em Gestão de Empresas

Orientadora:

Professora Doutora Florinda Maria Carreira Neto Matos,
Professora Auxiliar,

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024

Agradecimentos

Em primeiro lugar a Deus, por ser a luz nos meus momentos de maior alento e transmitir-me o seu conforto e amor, em todos as horas.

Aos meus pais, Zeca, por ser a força da natureza mais bonita que conheço e Lili pela inspiração e persistência na minha carreira. À minha irmã, Ana Cristina, pelos puxões de orelhas. Hoje, ao lerem estas linhas, espero que saibam que são vocês o motivo do meu orgulho.

À avó Gilda, que já não se encontra cá, mas que nunca me deixou só.

Ao meu companheiro Pedro, que não posso deixar de citar neste espaço, o meu profundo, obrigada por ser o meu porto seguro.

À minha orientadora de tese, Florinda Matos, pela amizade, por acreditar em mim até ao último instante e ser uma profissional excecional.

A todos os participantes das entrevistas académicas com um contributo fundamental, disponibilidade e generosidade, Grupo Bensaude, MUSAMI, Grupo EDA e Grupo Finanças.

Ao meu amigo e mentor Tiago Correia, pelas horas de brainstorming para resolução de todos os problemas que surgiram ao longo da redação do presente documento.

À dona Margarida, por fazer a melhor delícia de chocolate do mundo, que para o bem dos meus desconsoles, e o pesadelo da dieta, estavam ao meu dispor no bar da biblioteca, pronto a ser devorado em momentos de maior stress.

Resumo

A preocupação com os impactos ambientais inerentes à atividade corporativa está cada vez mais presente na consciência empresarial, originando ações direcionadas para o desenvolvimento comercial responsável e sustentável, nos eixos ambiental, social e económico.

As formas de gestão têm-se adaptado às necessidades urgentes para a preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, alinhando-se com os 17 ODS, definidos pela ONU, em 2015, no projeto Agenda 2030.

Diversos estudos comprovam que empresas com fortes práticas ESG superam concorrentes em diversas dimensões, redução de riscos regulatórios e operacionais e aumento da eficiência.

Os Açores são o primeiro arquipélago a nível mundial a obter certificação de destino turístico sustentável, distinguido internacionalmente, em 2021, como Destino “Quality Coast”, título que garante qualidade ambiental costeira para um turismo sustentável.

Esta dissertação procura averiguar o estado de adoção de práticas sustentáveis na Região Autónoma dos Açores (RAA), estudar o ponto situacional do reporte ESG por parte das grandes empresas locais, identificando forças, fraquezas, ameaças e oportunidades para aumentar a competitividade regional.

O estudo é efetivado através de uma análise qualitativa com base em entrevistas semiestruturadas formuladas com recurso a aspetos dos reportes ESG publicados pelas empresas locais e pela revisão de literatura apresentada, a análise SWOT utilizada como ferramenta para a análise dos dados.

As conclusões conduzem a um cenário atual referente ao ponto de adoção e métodos de elaboração de reporte ESG bem como a revelação do compromisso para com a sustentabilidade das grandes empresas da RAA em análise.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável Regional, Reporte Ambiental.

Sistema de Classificação JEL:

Q010 Sustainable Development

Q560 Environment and Development; Environment and Trade; Sustainability; Environmental Accounts and Accounting; Environmental Equity; Population Growth

Abstract

The concern about the environmental impacts inherent in corporate activity is increasingly present in the corporate conscience, giving rise to actions aimed at responsible and sustainable commercial development, in the environmental, social and economic axes.

Management methods have adapted to the urgent need to preserve the environment and sustainable development, in line with the 17 SDGs defined by the UN in 2015 in the Agenda 2030 project.

Several studies have shown that companies with strong ESG practices outperform their competitors in several dimensions, reducing regulatory and operational risks and increasing efficiency.

The Azores are the first archipelago in the world to be certified as a sustainable tourist destination, and in 2021 they were internationally distinguished as a “Quality Coast” Destination, a title that guarantees coastal environmental quality for sustainable tourism.

This dissertation seeks to ascertain the state of adoption of sustainable practices in the Autonomous Region of the Azores (RAA), to study the state of ESG reporting by large local companies, identifying strengths, weaknesses, threats and opportunities to increase regional competitiveness.

The study is carried out through a qualitative analysis based on semi-structured interviews formulated using aspects of the published ESG reports of local companies and the literature review presented, SWOT analysis is the key tool for analyzing the data.

The conclusions lead to a current scenario regarding the point of adoption and methods of preparing ESG reports, as well as revealing the commitment to sustainability of the large RAA companies under analysis.

Keywords: Sustainable Development, Sustainability, Regional Sustainable Development, Environmental Reporting.

JEL Classification System:

Q010 Sustainable Development

Q560 Environment and Development; Environment and Trade; Sustainability; Environmental Accounts and Accounting; Environmental Equity; Population Growth

Índice

<i>Agradecimentos</i>	<i>i</i>
<i>Resumo</i>	<i>iii</i>
<i>Abstract</i>	<i>v</i>
<i>Índice de Tabelas e Gráficos</i>	<i>ix</i>
<i>Glossário</i>	<i>x</i>
<i>Capítulo 1</i>	<i>1</i>
Introdução	1
1.1 Objetivos de Investigação.....	5
1.2 Estrutura de Dissertação	6
<i>Capítulo 2</i>	<i>7</i>
Revisão de Literatura.....	7
2.1 Ecodesenvolvimento.....	8
2.2 Desenvolvimento Sustentável.....	10
2.3 Sustentabilidade Corporativa.....	10
2.5 Relatórios de Sustentabilidade.....	13
2.5.1 Conceito e Relevância	13
2.5.2 Estrutura e Conteúdo de Reporte.....	14
2.5.3 <i>Frameworks</i> de Reporte.....	14
2.6 Indicadores ESG	15
2.6.1. Breve Contexto Histórico	16
2.6.2 Impacto ESG na Performance Corporativa	17
2.6.3 Limitações e Criticismos ESG.....	18
2.7 Diretivas e Regulamentos Europeus.....	19
2.7.1 Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade	19
2.7.2 Taxonomia da União Europeia para Atividades Sustentáveis.....	20
2.7.3 Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis.....	20
2.8 Legislação e Iniciativas Nacionais e Regionais.....	21
2.9 Ponto Situacional das Corporações Açorianas	21
<i>Capítulo 3</i>	<i>23</i>
Metodologia.....	23
3.1 Metodologia de Investigação.....	23
3.2 Amostra do Caso de Estudo.....	26
3.2.1 Grupo Bensaude	26
3.2.2 Grupo EDA.....	27
3.2.3 Grupo Finançaçor.....	28
3.2.4 MUSAMI.....	28
<i>Capítulo 4</i>	<i>29</i>
Análise e Discussão de Resultados.....	29

4.1 Caraterização da Amostra.....	29
4.2 Análise de resultados	30
4.2.1 Compromisso	30
4.2.2 <i>Guidelines</i> de Elaboração de Reporte ESG	31
4.2.3 Análise SWOT.....	32
4.2.3.1 Identificação de Forças.....	34
4.2.3.2 Identificação de Fraquezas	35
4.2.3.3 Identificação de Oportunidades	37
4.2.3.4 Identificação de Ameaças.....	39
4.3 Discussão de resultados	40
<i>Capítulo 5</i>	45
Conclusões.....	45
5.1 Limitações do Estudo	48
5.2 Recomendações de Estudos Futuros.....	49
5.3 Contribuições para a Gestão	50
<i>Referências bibliográficas</i>	53
<i>Apêndice</i>	57
Apêndice A - Ficha de leitura.....	57
Apêndice B – Guião de Entrevistas	61
Apêndice C - Citações Extraída do MAXQDA para Análise SWOT	62
Apêndice C.1 - Forças	62
Apêndice C.2 - Fraquezas.....	65
Apêndice C.3 - Oportunidades	65
Apêndice C.4 - Ameaças	67

Índice de Tabelas e Gráficos

Tabela 1.1 Listagem de Objetivos de Estudo – Elaboração própria.....	6
Tabela 2.1 Dimensões da Sustentabilidade segundo Sachs (1993): ambiental, social e económica – Elaboração própria.....	9
Tabela 2.6 Indicadores ESG - Elaboração própria	15
Tabela 2.9 Adaptação do conteúdo informativo presente no artigo "Destino Turístico sustentável" publicado no Açores - Rumo à sustentabilidade em 2021.....	22
Tabela 3.1 Tabela resumo da investigação qualitativa - elaboração própria.....	24
Tabela 4.1 Caracterização da Amostra - Elaboração própria.....	29
Tabela 4.2.1 Compromisso Sustentável - Certificações - Elaboração própria com recurso à fonte APCER, 2024.....	30
Tabela 4.2.2 Guidelines de elaboração de reporte ESG - Elaboração própria.....	31
Tabela 4.2.3 Análise SWOT da Adoção de Reporte ESG nas Grandes Empresas da RAA - Elaboração própria.....	33
Gráfico 4.2.3.1 Forças - Elaboração própria	34
Gráfico 4.2.3.2 Fraquezas - Elaboração própria.....	35
Gráfico 4.2.3.3 Oportunidades - Elaboração própria.....	37
Gráfico 4.2.3.4 Ameaças - Elaboração própria.....	39

Glossário

CSRD – *Corporate Sustainability Reporting Directive* (Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa)

EDEN – *European Destinations of Excellence* (Destino Europeu de Excelência)

ESG – *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança)

EUCC – *Coastal and Marine Union* (União Costeira e marítima)

GRI - *Global Reporting Initiative* (Iniciativa global de reporte)

GEEs – Gases Efeito Estufa

GSTC - *Global Sustainable Tourism Council* (Conselho global de turismo sustentável)

IIRC - *International Integrated Reporting Council* (Conselho internacional de reporte integrado)

IUCN – *International Union for Conservation of Nature* (União Internacional para conservação da Natureza)

NFRD – *Non-financial Reporting Directive* (Diretiva de reporte não financeiro)

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PMEs – Pequenas e Médias Empresas

RAA – Região Autónoma dos Açores

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

SASB - *Sustainability Accounting Standards Board* (Conselho de padrões contábeis de sustentabilidade)

SWOT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats* (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)

TBL - *Triple Bottom Line* (tripé da sustentabilidade)

TCFD - *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (O Grupo de Trabalho sobre Divulgações Financeiras Relacionadas com o Clima)

UE – União Europeia

WTM – *World Travel Market* (Mercado mundial de viagens)

Capítulo 1

Introdução

A presente pesquisa pretende estudar o compromisso para com a sustentabilidade e o ponto situacional dos reportes de sustentabilidade que integram indicadores Ambientais, Sociais e Governança (adotada a sigla ESG) do setor das grandes empresas açorianas, o estudo é aplicado à elaboração de relatórios ESG divulgados por grandes empresas na Região Autónoma dos Açores (RAA).

O termo ESG, é frequentemente utilizado em contextos de investimento no mercado de capitais, adotado do inglês *Environmental* (Ambiental), *Social* (Social) e *Governance* (Governança), as partes interessadas e impactadas, *stakeholders*, incluem para além de investidores, toda a comunidade de clientes, fornecedores, colaboradores e todas as identidades diligentes em tornar cada vez mais sustentáveis as operações de uma organização.

O relatório de sustentabilidade é uma ferramenta chave e essencial para comunicar os esforços e o desempenho que são desenvolvidos neste sentido, fornecem uma visão abrangente das práticas ESG que uma empresa considera na sua atividade e revelam um compromisso explícito para com a sustentabilidade de forma transparente (Porter, M. E., & Kramer, M. R., 2006).

Nos últimos anos, o conceito de sustentabilidade corporativa tem ganho uma relevância crescente no cenário corporativo global, dada a necessidade de enfrentar desafios no âmbito ESG, as empresas têm adotado cada vez mais uma postura e práticas mais responsáveis e transparentes, refletindo uma mudança paradigmática na forma de gestão das empresas, no cenário empresarial contemporâneo, a sustentabilidade é vista como uma necessidade estratégica (Carroll, A. B., 1999).

A clara definição de uma estratégia de sustentabilidade aliada aos relatórios ESG é decisiva para alcançar objetivos no âmbito de uma maior sustentabilidade corporativa e transparência nos impactos produzidos, uma exigência crescente por parte da sociedade, investidores, consumidores e colaboradores, desta maneira a formulação da estratégia sustentável fornece uma ótima direção para as organizações pois atua como guia para as atividades operacionais e fortalece a responsabilidade ambiental, social e económica das empresas perante o ambiente interno e externo à mesma, ao mesmo tempo que também

fortalece a confiança e lealdade junto dos *stakeholders*, atende às suas necessidades e expectativas (Porter, M. E., & Kramer, M. R., 2006).

Estudos comprovam que empresas com estratégias de sustentabilidade bem integradas são mais propensas a prosperar a longo prazo, segundo o que é discutido no estudo "*The Impact of Corporate Sustainability on Organizational Processes and Performance*" de Eccles, Ioannis Ioannou e George Serafeim (2014), a sustentabilidade auxilia as empresas a identificar e gerir os riscos relacionados a questões ESG, o cumprimento legal de diretivas e regulamentos resulta na redução de risco na penalidade regulatória e corrupção, bem como evita danos na reputação das marcas e destruição da sua credibilidade perante público-alvo.

As oportunidades emergentes destas práticas são muito vastas, as entidades que posicionam-se como líderes em operações sustentáveis são capazes de capturar novas formas e meios de operar no mercado de forma inovadora, com cada vez mais oferta de produtos ou serviços verdes o que revela-se uma vantagem competitiva (Porter & Kramer, 2006).

Uma atitude corporativa responsável associada à partilha honesta e transparente dos reportes ESG atraem a atenção de eventuais investidores institucionais que encontram-se focados na temática, uma vez que a apresentação dos resultados do processo implementado, de forma a cumprir com objetivos específicos de sustentabilidade, apresentam um maior grau de segurança, a longo prazo, nos investimentos efetuados. São ainda o veículo que permite às empresas monitorizar e avaliar o seu desempenho em relação às metas estabelecidas e *performances* anteriores, o que abre portas à melhoria contínua (Friede, Busch, & Bassen, 2015).

Aliado a todos estes pontos verifica-se uma eficiência operacional melhorada, desde a redução de custos operacionais na sua atividade, um consumo mais eficiente de recursos, redução de consumos energéticos, hídricos, melhor controlo e atenuação nas emissões de carbono e gestão de resíduos, o que resulta no aumento de produtividade e associa-se a uma pegada ecológica mais responsável para com as alterações climáticas.

O número de regulamentações e diretivas associadas às alterações climáticas tem vindo a crescer, que pelo seu incumprimento podem acarretar coimas e sanções, a boa definição da estratégia de sustentabilidade garante que as empresas encontram-se em conformidade com as leis ambientais vigentes e preparadas para futuras mudanças regulatórias (Porter & Kramer, 2011).

Realça-se ainda a crescente adesão ao reporte de sustentabilidade nas empresas, que gradativamente devem atender às regulamentações e normas emergentes na temática, nomeadamente a Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa (CSRD), exige relatórios detalhados sobre indicadores ESG, amplificar a transparência e comparabilidade das informações fornecidas pelas empresas, como é abordado e defendido no estudo *“The Consequences of Mandatory Corporate Sustainability Reporting”* publicado em 2021 por Christensen, H. B., Hail, L., & Leuz, C.

Além disso, a introdução da CSRD pela União Europeia (UE) representa um marco importante na regulamentação do reporte ESG, os requisitos de divulgação impõem obrigações mais rigorosas e abrangentes às empresas, e reflete o compromisso da UE em promover a transparência e a responsabilidade corporativa em relação aos indicadores ESG.

As organizações que investem no reforço da qualidade de vida das comunidades locais desempenham um papel vital no desenvolvimento socioeconómico da região onde se inserem, através da criação de postos de trabalho, a promoção da educação, a melhoria de infraestruturas e sistemas de saúde, a contribuição para o bem-estar destes indivíduos não só fortalece relações como também promove um ambiente mais estável e próspero para as suas operações (Porter & Kramer, 2011).

Associado à região em estudo, a preservação do património ambiental dos Açores é fundamental e urgente para assegurar a sustentabilidade a longo prazo e reduzir todos os impactos negativos advindos dos efeitos das mudanças climáticas. A adoção de práticas como a redução de emissões de carbono, boa gestão dos recursos naturais e minimização da produção de resíduos revela-se um compromisso para com o planeta e para com as gerações vindouras, e não só, também reverte em economias de custos e inovação, melhora a eficiência operacional como já referido e gera novas oportunidades às empresas (Hart & Milstein, 2003).

A sustentabilidade é crucial nas empresas de forma a viabilizar a longo prazo a atividade operacional, criação de valor para todas as partes interessadas, posicionando-se e permitindo o alinhamento do propósito corporativo com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015.

Os ODS foram criados pela ONU através de um processo colaborativo que envolveu consultas com governos, sociedade civil e setor privado, que resultou na adoção da Agenda 2030 durante a Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

em setembro de 2015. Os ODS substituíram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e ampliaram o seu alcance para incluir uma abordagem mais abrangente do desenvolvimento sustentável, tratando simultaneamente questões ambientais, sociais e económicas (Griggs et al., 2014; United Nations, 2015).

Os ODS possibilitam que as empresas alinhem as estratégias de sustentabilidade com os objetivos globais amplamente reconhecidos, facilitando a definição de metas claras e mensuráveis que contribuem para o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que melhoram a transparência e os resultados financeiros das empresas (Sachs, 2012).

Estes objetivos proferidos beneficiam a gestão de riscos associados às mudanças climáticas, escassez de recursos e desigualdades sociais, a implementação de práticas e ações que suportem estas vertentes reduz vulnerabilidades e fortalece a resiliência das operações empresariais (Eccles et al., 2014). Na elaboração dos reportes ESG os ODS atuam como um elemento de orientação, para além dos *frameworks* mais conhecidos tais como o *Global Reporting Initiative* (GRI) que reporta o seu alinhamento com os ODS e facilita a comparação de desempenho entre empresas (Brown et al., 2009).

Os *Frameworks* como o GRI, *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD), fornecem diretrizes robustas para o reporte de sustentabilidade, auxiliam as empresas a comunicar os seus impactos de forma consistente e padronizada, como será abordado nos próximos capítulos.

Os Açores têm sido amplamente reconhecidos como um destino sustentável devido às suas práticas de preservação ambiental, gestão responsável dos recursos naturais e promoção do turismo sustentável, tendo sido galardoados e reconhecidos por inúmeras entidades certificadas. As atividades turísticas nos Açores são projetadas para minimizar o impacto ambiental e incluir iniciativas como o ecoturismo, turismo de natureza, e turismo de aventura, todas realizadas com um profundo respeito pelo meio ambiente (Relatório de Sustentabilidade dos Açores, 2022).

A Região Autónoma dos Açores tem experimentado nos últimos anos um aumento significativo no setor turístico, consolidando-se como um destino de crescente popularidade, este é evidenciado por um aumento no número de turistas, que tem contribuído substancialmente para o Produto Interno Bruto (PIB) da região, em 2022, o turismo representou aproximadamente 18% do Produto Interno Bruto (PIB) dos Açores, evidenciando a importância significativa deste setor para a economia regional, estima-se que a contribuição do turismo para o PIB continue a crescer, refletindo um aumento

constante nas receitas associadas e entrada de novos visitantes (Governo dos Açores, 2022).

Algumas das maiores empresas locais estão intimamente ligadas ao setor turístico, destacando-se pelo contributo positivo e significativo para o desenvolvimento económico e social da região, empresas como o Grupo Bensaude, com operações em hotelaria e transporte marítimo, e a SATA Air Açores, a companhia aérea regional, desempenham papéis cruciais na promoção e manutenção do turismo local, não só geram emprego, como também impulsionam outros setores, como a restauração, o comércio e os serviços, criando um efeito multiplicador na economia local (Bensaude Turismo, 2022; SATA, 2022).

No entanto, o crescimento do turismo nos Açores traz consigo a necessidade de equilibrar esta atividade com as atividades comerciais tradicionais, como a pesca e agricultura, e a preservação ambiental, a sustentabilidade é uma preocupação central, dado o impacto potencial do turismo sobre os ecossistemas únicos dos Açores, desta forma a elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável são imperativas para garantir que o aumento do turismo não comprometa os recursos naturais que atraem os turistas (Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, 2021).

No que diz respeito ao reporte ESG as empresas açorianas estão numa fase inicial de adaptação às diretivas e regulamentações emergentes, a Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa (CSRD), recentemente implementada na União Europeia, exige que as empresas forneçam relatórios detalhados sobre indicadores ESG, ampliando a transparência e a comparabilidade das informações, no entanto, muitas empresas locais ainda estão a ajustar-se a estes requisitos, desenvolvendo gradualmente as suas capacidades de reporte sustentável (Eccles, Ioannou, & Serafeim, 2014; Ioannou & Serafeim, 2017).

1.1 Objetivos de Investigação

O presente estudo pretende investigar de que forma as grandes empresas da RAA adotam o reporte ESG na sua atividade corporativa, analisar o ponto situacional da adoção de práticas sustentáveis e o meio pelo qual está a ser assegurado e comunicado o compromisso para com a sustentabilidade por parte destas entidades. Os objetivos de estudo são então apresentados de forma sucinta na tabela 1.2.

Objetivos	Descritivo
I	Estudar o compromisso para com a sustentabilidade das grandes empresas atuantes no mercado da RAA.
II	Analisar o ponto de situação das grandes empresas atuantes no mercado da RAA na elaboração de reportes ESG.

Tabela 1.1 - Listagem de Objetivos de Estudo – Elaboração própria

1.2 Estrutura de Dissertação

A presente dissertação académica é apresentada num conjunto de cinco capítulos devidamente divididos e organizados por blocos informativos, numa primeira vertente, capítulos 1 e 2 associados a uma vertente introdutória e estado de arte referentes ao tema desenvolvido com sustentação empírica em alguns dos autores e entidades mais relevantes à área de análise, em estudos e artigos científicos de contribuição teórica de forma a promover à comunidade académica um maior enquadramento.

O estado de arte é apresentado através da recolha de dados e informações presentes em revistas científicas, artigos académicos, registos, livros e bancos de dados retirados essencialmente de plataformas científicas académicas, tais como *Google Scholar*, *Web of Science*, *Scopus* e plataformas regionais dos Açores.

O capítulo 3 é dedicado à explicitação da metodologia onde é possível obter uma breve descrição da metodologia de investigação através de uma análise qualitativa, o método de formulação do caso de estudo bem como as empresas integrantes da amostra. Para dar resposta às questões de estudo levantadas considerou-se como dados primários a entrevista a quatro grandes entidades envolvidas em práticas sustentáveis na região, com duração entre 45 min a 1 hora, a decorrerem nos locais indicados pelas empresas, que se encontrem a reportar de forma voluntária os seus resultados ESG.

Numa segunda vertente, a partir do capítulo 4 encontram-se os principais resultados obtidos do estudo de mercado realizado e a discussão dos mesmos, este levantamento foi concretizado com o auxílio da ferramenta análise SWOT.

No capítulo 5 surgem as conclusões e limitações associadas bem como as sugestões para estudos futuros. É ainda partilhada, com o recurso à ferramenta análise SWOT cruzada, um subcapítulo de contribuições para a gestão com a facilitação de quatro estratégia de sustentabilidade produto do cruzamento da análise SWOT tradicional e ainda considerações finais relativas à Matriz de Dupla Materialidade.

Capítulo 2

Revisão de Literatura

A temática abordada e estudada no presente relatório, embora conte com uma base de informação disponível abrangente, é marcada por uma lacuna temporal que evidencia a necessidade de desenvolvimento e partilha de estudos mais atuais e diferenciados, foram desenvolvidos um elevado número de artigos e estudos científicos relevantes na área por autores reconhecidos na comunidade académica, refletem uma perspetiva que, em alguns casos, pode estar desatualizada em relação à realidade emergente das empresas contemporâneas, uma vez que tanto os mercados como as comunidades estão em constante mutação e por este motivo necessitam de uma atenção redobrada na atualização de conceitos e estudos empíricos. Com o avanço das práticas ESG no leque empresarial nos próximos anos, é esperado que novas pesquisas e abordagens surjam, oferecendo insights mais alinhados com o contexto atual.

Procurou-se seguir um caminho que permitisse explorar e desenvolver conceitos que, embora relacionados aos já referidos em algumas teses de mestrado sobre o tema, trouxessem novas perspetivas e conclusões. Para isso, foi elaborado uma ficha de leitura para cada artigo, destacando os conceitos mais pertinentes, e por conseguinte, desenvolveu-se a pesquisa por palavras chave através dos conceitos correlatos mencionados nestes trabalhos.

Utilizou-se, predominantemente, as bases de dados *Google Scholar*, *Scopus* e *Web of Science* para a seleção dos artigos, complementando com outras bases de dados emergentes, que foram consultadas de forma pontual para corroborar informações específicas.

Neste relatório será ainda abordado um capítulo dedicado à revisão da legislação que regula o setor a nível europeu, com uma análise detalhada dos regulamentos e diretivas relevantes, serão ainda destacadas as especificidades e regulamentos aplicáveis a nível nacional e regional, proporcionando uma visão abrangente do enquadramento legal.

A estrutura metodológica adotada partiu de uma leitura abrangente e geral, seguida por um aprofundamento em aspetos particulares, os conceitos respeitantes aos Indicadores ESG e Relatórios de Sustentabilidade formam a base deste trabalho académico, dada a sua relevância no contexto é de extrema importância esclarecer e detalhar pontos específicos relacionados a estes temas, o que justifica a escolha por um tratamento minucioso desses conceitos no relatório. No decorrer da pesquisa, procurou-

se ainda abordar o conceito-chave de Sustentabilidade, explorando as suas ramificações no Desenvolvimento Sustentável, incluindo o conceito de Ecodesenvolvimento.

A partir dessa base conceitual, avançou-se para uma análise da aplicação da sustentabilidade no contexto empresarial, investigando o papel das corporações nesta temática, este caminho levou ao desenvolvimento de subcapítulos focados em Sustentabilidade Corporativa e Responsabilidade Social Corporativa, elementos essenciais para entender como as empresas podem e devem posicionar-se frente aos desafios da sustentabilidade.

Há, no entanto, tantos outros conceitos pertinentes e indispensáveis para uma maior contextualização desta temática, no entanto, devido à necessidade de gestão da dimensão do presente relatório, optou-se por priorizar os conceitos aqui apresentados, de forma a garantir uma análise focada nos pontos mais relevantes e essenciais.

2.1 Ecodesenvolvimento

O conceito de Ecodesenvolvimento foi introduzido por Maurice Strong, secretário da conferência de Estocolmo em 1972, *UN Conference on the Human Environment*, (Raynaut e Zaroni, 1993) sendo largamente difundido por Ignacy Sachs dois anos após a sua ocorrência (Godard, 1991).

Segundo a perspectiva de Sachs, citada por Raynaut e Zaroni (1993, p.7), para uma determinada região geográfica, o Ecodesenvolvimento significa “o desenvolvimento endógeno e dependente das suas próprias forças, com o objetivo de responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e económicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio”.

A definição conjuga uma preocupação com três áreas chave, sendo estas: I) Social: um desenvolvimento voltado para a satisfação das necessidades sociais mais abrangentes, com a melhoria da qualidade de vida de grande parte da população; II) Ambiental: preocupação e preservação do meio ambiente como uma responsabilidade assumida para com as gerações vindouras; III) Económico: na medida em que se torne cada vez mais viável e assertivos os investimentos efetuados pelas corporações nas suas atividades.

O Ecodesenvolvimento pressupõe, desta forma, uma solidariedade sincrônica com a geração atual, na medida em que desloca a lógica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da maioria da população, e ainda, uma solidariedade diacrônica, expressa na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para

garantir às gerações futuras o seu próprio desenvolvimento (Filho, Gilberto Montibeller, 1993, p.133).

A partir desta configuração Sachs (1993) desenvolveu as cinco dimensões da sustentabilidade do ecodesenvolvimento: sustentabilidade social, económica, ecológica, espacial e cultural, sendo que para o presente estudo de dissertação académica importa focar nas três primeiras dimensões.

Sustentabilidade ambiental: compreende a intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com a sua mínima deterioração. Deve permitir que a natureza encontre novos equilíbrios através de processos de utilização que obedeçam ao seu ciclo temporal. Implica também preservar as fontes de recursos energéticos e naturais (lb., p.25).

Sustentabilidade social: O processo deve dar-se de tal maneira que reduza substancialmente as diferenças sociais. Considerar “o desenvolvimento na sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não-materiais...” (lb., p.25).

Sustentabilidade económica: A eficiência económica baseia-se em uma “alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado” (lb., p.26). A eficiência deve ser medida sobretudo em termos de critérios macrossociais.

Dimensão	Principais Componentes	Objetivo
Ambiental	Produção ajustada aos ciclos ecológicos dos ecossistemas; Prudência no uso de recursos naturais não-renováveis; Prioridade à produção de biomassa e à industrialização apoiada nos recursos naturais renováveis; Redução da intensidade energética e conservação de energia; Tecnologia e processos produtivos de baixo índice de resíduos; Cuidados ambientais;	Qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as gerações vindouras.
Social	Criação de postos de trabalho – renda individual adequada; Produção de bens para necessidades básicas;	Redução das desigualdades sociais.

Económica	Fluxo permanente de investimentos públicos e privados – foco no cooperativismo; Manejo eficiente de recursos; Absorção dos custos ambientais; Endogeneização;	Aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa.
-----------	---	---

Tabela 2.1 - Dimensões da Sustentabilidade segundo Sachs (1993): ambiental, social e económica – Elaboração própria

2.2 Desenvolvimento Sustentável

Em 1987, a ONU com o relatório *Nosso Futuro Comum*, publicado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, elaborou o seguinte conceito: “Desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades atuais do homem na Terra sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas próprias necessidades” (Raynaut e Zanoni, 1993).

No ano anterior ao mencionado, na Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento, da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) (Ottawa/Canadá) o conceito de desenvolvimento sustentável e equitativo foi colocado como um novo paradigma, tendo como princípios: integrar a conservação da natureza e desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; alcançar equidade e justiça social; procurar a autodeterminação social e da diversidade cultural; e manter a integridade ecológica.

O Ecodesenvolvimento e o Desenvolvimento Sustentável vão, portanto, encontrar os seus pontos em comum no que respeita a visão a longo prazo, preocupação com o bem-estar social e a solidariedade para com as gerações futuras, com um grande foco na dimensão ambiental como parte do processo de desenvolvimento das corporações (Filho, Gilberto Montibeller, 1993, p.137).

2.3 Sustentabilidade Corporativa

O risco ambiental tem vindo a tornar-se uma preocupação cada vez maior no seio das corporações desde o estabelecimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável, na *Commission for the Future* em 1987, elaborado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (Shaltegger et al., 2003, pp. 195-203).

O conceito de sustentabilidade foi transferido para o tecido empresarial onde instalou-se como sustentabilidade empresarial ou corporativa, podendo este ser entendido

como o compromisso assumido, por parte das empresas, no progresso do bem-estar e justiça social, nas operações internas de uma organização como num contexto social mais amplo (Clifton; Amran, 2011).

Segundo Nogueira e Faria (2012), o termo sustentabilidade vinculou-se ao mundo corporativo, apesar de ser considerado um termo relativamente recente, este passa a ser associado diretamente ao desenvolvimento das empresas; Os impactos ambientais causados pelas organizações ganham um maior destaque, sendo analisados e alvo de críticas não só por entidades reguladoras, bem como pela sociedade ao redor.

Defendido por Rosseti et. al (2008) por via da dimensão e influência das operações as empresas acarretam com um papel crucial na jornada da sustentabilidade, por gerarem impactos significativos no meio ambiente e no desenvolvimento socioeconómico de uma determinada região.

A sustentabilidade corporativa integra a necessidade de criação de valor para com os *stakeholders* com a manutenção dos recursos ambientais e sociais (Roca e Searcy, 2012).

A sustentabilidade corporativa é definida por Shaltegger e Burritt em 2000 como uma abordagem heurística multicritério, uma forma que surgiu para conceptualizar as suas características foi o Portfólio de Sustentabilidade tridimensional que relaciona três eixos entre si: ambiental, social e económico. Este portfólio pode ser aplicado a uma realidade de produto, empresa ou nação, no entanto ao nível corporativo o maior interesse é com a eco eficiência individual das empresas.

A nível internacional, a adoção de práticas e o reporte de sustentabilidade efetuado pelas empresas seguem a orientação do GRI. Desta forma, adotou-se o conjunto das três dimensões da sustentabilidade corporativa conhecidos como *Triple Bottom Line* (Lemme, 2005).

O termo *Triple Bottom Line* (TBL - People (Pessoas), Planet (Planeta), Profit (Lucro)), apresentado em 1994 por Jhon Elkington, fundador da consultoria *Sustainability* é considerado nos dias de hoje como base para os princípios que norteiam a sustentabilidade corporativa. Segundo Mahoney e Potter (2004), o *Triple Bottom Line* é usado para descrever uma estratégia de operação do planeamento, monitorização e medição do desenvolvimento sustentável corporativo.

Está nas mãos não só do governo, mas fundamentalmente, das grandes empresas em elaborar planos de ação e estratégias que agilizem o cumprimento das metas estabelecidas, e ainda, alinhar com os ODS estabelecidos pela ONU (Alexandrino, T. C., 2020).

A boa gestão dos recursos para não comprometer a continuidade dos negócios e ainda a grande pressão social tem vindo a alavancar a criação de cartilhas de sustentabilidade empresarial e a estimulação da divulgação voluntária do reporte ESG por parte das corporações, com o objetivo de posicionar o seu compromisso com as práticas de desenvolvimento sustentável perante a sociedade, de forma transparente (Buitendag; Fortuin; De Laan, 2017).

2.4 Responsabilidade Social Corporativa

No que diz respeito à Responsabilidade Social Corporativa (RSC) esta refere-se ao compromisso das corporações em conduzir as suas operações de uma forma ética e sustentável, considerando os impactos ambientais, sociais e económicos das suas atividades. A RSC vai para além da conformidade legal e a procura de gerar valor para a sociedade e comunidade local ao mesmo tempo que procura uma melhoria na sua imagem de marca e competitividade entre empresas (Carroll, A. B., 1999).

A Responsabilidade Social Corporativa engloba cinco grandes áreas, para o contexto do presente estudo basta focar nas suas três principais, onde, primeiramente, a nível ambiental procura o desenvolvimento de iniciativas que reduzam o impacto ambiental das suas operações, como o uso eficiente de recursos, redução das emissões de carbono, e boa gestão de resíduos; A nível social investir em práticas que promovam o bem-estar dos colaboradores, comunidades locais e todas as partes interessadas, incluindo diversidade e inclusão, bom canal de comunicação e condições de trabalho justas e adequadas; Relativamente à vertente governança é posto em prática políticas e ações que garantam a transparência, ética e a responsabilidade na gestão da empresa (Dahlsrud, A., 2008).

É cada vez mais relevante e necessário as empresas adotarem práticas de RSC para serem percecionadas pelos seus *stakeholders*, em especial pelos consumidores e investidores, de uma forma positiva, fortalecendo desta forma a reputação corporativa. As práticas sustentáveis podem alavancar as empresas entre os restantes concorrentes do seu setor, o que garante novas oportunidades de mercado e uma vantagem competitiva, na medida em que a lealdade e compromisso dos funcionários, clientes e comunidades aumenta (McWilliams, A., & Siegel, D., 2001).

Atualmente uma grande medida de RSC passa pela elaboração e partilha dos relatórios de sustentabilidade, onde são detalhados iniciativas e resultados da sustentabilidade da empresa. Os programas Sociais que englobam investimentos na área

da saúde, educação e infraestrutura das comunidades onde a empresa opera são chave de revelação da sua preocupação para com o macroambiente corporativo.

Por fim, as certificações obtidas pelas empresas, sobretudo as certificações ambientais, como é o caso da ISO 14001 para a gestão ambiental são um selo de garantia de boas práticas e reconhecimento de performance perante o público geral, como será abordado.

2.5 Relatórios de Sustentabilidade

2.5.1 Conceito e Relevância

Os relatórios de sustentabilidade são documentos elaborados e publicados pelas empresas de forma a divulgar publicamente as práticas implementadas, impactos das suas atividades e o respetivo desempenho em relação a temáticas ESG. Estes reportes permitem às empresas partilhar de uma maior transparência e responsabilidade nas suas atividades e são considerados uma ferramenta essencial para a comunicação com as partes interessadas, nomeadamente com investidores, clientes, colaboradores e a comunidade local.

Os Relatórios de Sustentabilidade, também conhecidos como relatórios ESG, têm como finalidade reunir e fornecer informações detalhadas sobre como uma determinada organização gere as suas operações e atividades ao nível ambiental, social e económico. De acordo com o GRI um dos principais *frameworks* de relatório de sustentabilidade, os reportes devem refletir os impactos significativos da organização e servir como base para a tomada de decisões dos *stakeholders* (GRI, 2016).

Esta divulgação de informações sustentáveis acarreta benefícios para todas as partes envolvidas, internas e externas às corporações, como referido anteriormente a nível da transparência, detalhe e confiabilidade dos dados fornecidos pois os mesmos são verificados por entidades externas o que de uma forma direta influência positivamente a reputação da organização (Eccles et al., 2011) e ainda identificação e relato dos riscos ambientais e sociais contribui para uma gestão eficiente e eficaz nas organizações (Unerman et al., 2007).

Segundo Porter e Kramer (2011), as empresas disfrutam de uma vantagem competitiva por demonstrarem o seu forte compromisso com a sustentabilidade perante os demais concorrentes, o que capta mais clientes e investidores que valorizem estas

práticas responsáveis. Promove-se ainda uma atmosfera de colaboração e comunicação clara com as partes interessadas (Freeman, 1984).

2.5.2 Estrutura e Conteúdo de Reporte

Os relatórios ESG devem incluir alguns *bulletpoints* chave na sua estruturação de forma a transmitirem uma mensagem clara e coesa das informações de sustentabilidade. Num capítulo introdutório a visão geral do compromisso da empresa para com a sustentabilidade, apresentado pela liderança; perfil da organização com descrição da estrutura, operações, mercados e cadeia de valor; Análise de materialidade com a identificação e priorização dos temas mais relevantes para a empresa e os seus *stakeholders*;

Dados relativos ao desempenho ambiental com análises referentes ao consumo de energia, emissões de gases de efeito estufa, recursos hídricos, gestão de resíduos e outras práticas; Dados do desempenho social, onde seja descrito as condições de trabalho, direitos humanos, relação com comunidade local, diversidade e inclusão. Governança, com a partilha de dados de ética empresarial, conformidade com a legislação em vigor e mecanismo de controlo interno;

Num capítulo final a apresentação da análise de resultados alcançados e estipulação de metas de sustentabilidade para o período de atividade seguinte, com descrição das metas de sustentabilidade da empresa.

2.5.3 Frameworks de Reporte

Dos diversos *frameworks* de reporte ESG disponíveis e reconhecidos para auxiliar as empresas a estruturar os seus relatórios de sustentabilidade, salienta-se os seguintes:

Global Reporting Initiative (GRI), fornece padrões abrangentes para os relatórios de sustentabilidade, utilizados globalmente por milhares de organizações. O *GRI Universal Standards* é amplamente reconhecido pela sua abordagem holística e detalhada que inclui os princípios de relatórios, requisitos de conteúdo e informações legais (GRI, 2016). O *GRI Topic-specific Standards* foca-se em temas específicos de sustentabilidade, como emissões, uso de água, direitos humanos e práticas trabalhistas. Por fim, *GRI Sector Standards* são direcionados a indústrias específicas, onde é abordado impactos mais relevantes para cada setor de atuação no mercado (GRI, 2016).

Sustainability Accounting Standards Board (SASB), este *framework* foca-se em divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com padrões específicos consoante as diferentes indústrias ativas (SASB, 2018).

Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), orienta as empresas na divulgação de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas (TCFD, 2017).

Carbon Disclosure Project (CDP), especializado na divulgação de dados ambientais, particularmente em relação a mudanças climáticas, florestais e segurança hídrica (CDP, 2020).

Triple Bottom Line (TBL), John Elkington propõe que as empresas devem concentrar os seus esforços não apenas no desempenho económico (*Profit*), mas também nos impactos sociais (*People*) e ambientais (*Planet*), 3P's. O TBL visa equilibrar esses três pilares da sustentabilidade, promovendo uma abordagem holística ao desempenho corporativo (Elkington, 1997).

O Integrated Reporting (IR), promovido pelo *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, combina informações financeiras e não financeiras num único relatório coeso. O objetivo do IR é demonstrar como a estratégia, governança, desempenho e perspetivas da organização, em contexto externo, levam à criação de valor a curto, médio e longo prazo (IIRC, 2013).

2.6 Indicadores ESG

Os indicadores ESG são métricas utilizadas na avaliação do desempenho corporativo em termos de sustentabilidade, gestão de riscos e oportunidades emergentes e responsabilidade social, dividem-se em 3 categorias chave.

Indicador		
E	Ambiental	Os fatores ambientais referem-se ao(s) impacto(s) ambiental(is) produzidos por uma organização e às práticas de gestão de riscos. Inclui métricas como emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa (GEE), consumo de energia, administração dos recursos naturais, consumo de água, gestão de resíduos e práticas de conservação da biodiversidade. Há estudos que comprovam que a melhoria nos indicadores ambientais pode reduzir riscos

		regulatórios e operacionais e aumentar a eficiência operacional (Eccles, Ioannou, & Serafeim, 2014).
S	Social	A vertente social refere-se às relações que uma organização estabelece com as partes interessadas. Inclui métricas de gestão de capital humano, direitos humanos, segurança e envolvimento com comunidade. Uma marca registada do ESG traduz expetativas de impacto social positivas para os intervenientes da cadeia de abastecimento, clientes, colaboradores especialmente os inseridos em economias em desenvolvimento, onde os padrões ambientais e trabalhistas podem ser menos robustos. A performance social é crítica para a reputação corporativa e a capacidade de atrair e reter talentos (Freeman, Harrison, & Wicks, 2007).
G	Governança	A gestão corporativa ocupa-se da forma como uma organização é liderada e gerida. Incluem métricas como políticas de remuneração, <i>cybersegurança</i>, ética dos negócios, transparência. Uma boa gestão é crucial para a tomada de decisões responsável e mitigar riscos. (Gompers, Ishii, & Metrick, 2003).

Tabela 2.6 – Indicadores ESG - Elaboração própria

2.6.1. Breve Contexto Histórico

A crescente conscientização sobre as questões do âmbito ecológico e social no século XX levou à evolução gradual dos primeiros conceitos de indicadores ESG (*Environmental, Social, and Governance*), foi marcada uma nova era de transição para uma maior responsabilidade corporativa a partir da década de 1960, onde surgiram movimentos sociais e ambientais que sensibilizavam as organizações que negligenciavam os impactos operacionais negativos no meio ambiente e na comunidade (Carroll, A. B., 1999).

Duas décadas mais tarde, em 1980, o conceito de desenvolvimento sustentável foi popularizado no relatório "*Our Common Future*" da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecido como Relatório *Brundtland*, onde se destacava a necessidade de harmonizar crescimento económico com preservação ambiental e equidade social (Carroll, A. B., 1999).

A década de 1990 marca o surgimento do *Global Reporting Initiative* (GRI), um dos primeiros *frameworks* para a divulgação de informações de sustentabilidade, anteriormente referido no relatório (Brown, H. S., de Jong, M., & Levy, D. L., 2009).

A partir de 2000, outros *frameworks* e normas de reporte, como o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e a *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), foram desenvolvidos para consolidar e responder à crescente procura por transparência e responsabilidade corporativa (KPMG, 2011).

Recentemente, a União Europeia adotou a Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade (CSRD), que ampliará significativamente o escopo e a profundidade do reporte de sustentabilidade, esta exige que as empresas forneçam informações detalhadas e auditadas sobre os seus impactos operacionais ambientais, sociais e de governança (European Commission, 2021).

A pandemia provocada pelo vírus *COVID-19* destacou a importância da resiliência e da responsabilidade social, impulsionando ainda mais a práticas sustentáveis das empresas (Deloitte, 2020).

2.6.2 Impacto ESG na Performance Corporativa

Os indicadores ESG são cada vez mais reconhecidos como fatores críticos para a avaliação do desempenho corporativo a longo prazo, com base em estudos empíricos apreende-se que empresas com pontuações ESG mais altas tendem a ter melhores resultados financeiros e menor volatilidade (Friede, Busch, & Bassen, 2015).

Para além disto, surgem financiamentos apelativos às organizações, como o Financiamento Verde, com o subsídio em projetos que traduzam impactos positivos para a componente ambiental, como eficiência energética, gestão de resíduos, utilização de energias renováveis e conservação dos recursos naturais, desta forma incentiva-se a inovação sustentável e as boas práticas com a oferta de vantagens fiscais e reputacionais. Os relatórios ESG não vêm apenas trazer transparência e a confiança entre *stakeholders*, mas também incentivar práticas empresariais mais sustentáveis e responsáveis cada vez mais necessárias para atender às drásticas mudanças climáticas que se fazem sentir ao redor do mundo (Gheorghe, C., & Tugui, A., 2017).

Os 17 ODS e 169 metas, propostos pela ONU em 2015, constituem um plano de ação global para alcançar um futuro mais sustentável até 2030, estes abrangem diferentes áreas críticas para o desenvolvimento humano e ambiental. O ODS 1 procura erradicar a pobreza em todas as suas formas, ao passo que o ODS 2 ambiciona eliminar a fome e promover a segurança alimentar; O ODS 3 centra-se na saúde e bem-estar, já o ODS 4 defende a educação de qualidade para todos; O ODS 5 promove a igualdade de gênero;

O ODS 6 defende o acesso universal à água potável e saneamento, já o ODS 7 é dedicado ao acesso a energia limpa e acessível, e o ODS 8 procura promover o crescimento económico inclusivo e sustentável (Nações Unidas, 2015).

Do ponto de vista ambiental, os ODS 13, 14 e 15 centram-se na ação climática, na preservação da vida marinha e dos ecossistemas terrestres, respetivamente. Na vertente social, o ODS 10 visa reduzir as desigualdades, o ODS 11 promove cidades e comunidades sustentáveis. Numa vertente de governança os ODS 9, 12, 16 e 17 referem-se à inovação de infraestruturas, padrões de consumo e produção sustentável, promoção da paz e justiça, e da parceria global para o desenvolvimento, realçando a necessidade de colaboração entre as diversas comunidades e setores para o sucesso dos objetivos propostos (Nações Unidas, 2015).

2.6.3 Limitações e Criticismos ESG

O crescimento e maturação da indústria ESG está a seguir a bom ritmo, desempenha um papel crucial na orientação das decisões dos investidores e na promoção da responsabilidade empresarial, contudo há limitações e críticas que não passam despercebidas.

Segundo, Delmas, M. A., & Burbano, V. C. (2011) o *Greenwashing* é uma grande limitação à transparência e padronização de dados, uma vez que as empresas podem adulterar alguns resultados e iniciativas sustentáveis para melhorar a sua imagem pública, sem que na verdade as suas ações reflitam melhorias em sustentabilidade, isto dificulta a distinção das corporações que estão de facto comprometidas com a temática sustentável, daquelas que efetivamente não estão.

Para além disto, no relatório "*The ESG Rating and Ranking Industry: Vice or Virtue in the Adoption of Responsible Investment*," de Stephanie Mooij, o autor explora as complexidades e os desafios da indústria ESG, critica a fadiga dos relatórios, a falta de normalização e a fiabilidade questionável dos dados. As empresas são muitas vezes confrontadas com grandes exigências de apresentação de relatórios por parte de várias agências de notação, o que pode levar a inconsistências e ineficiências.

Outro ponto fundamental destacado no artigo "*Four things no one will tell you about ESG data*" publicado no *Journal of Applied Corporate Finance*, passa pelos desafios relacionados à qualidade, comparabilidade e confiabilidade dos indicadores sociais presentes nos relatórios ESG, onde destaca-se a complexidade de quantificação de

aspectos mais conceituais como direitos humanos, diversidade e impacto nas comunidades, que são frequentemente mais subjetivos do que os indicadores ambientais ou de governança (Kotsantonis, S., & Serafeim, G., 2019).

2.7 Diretivas e Regulamentos Europeus

2.7.1 Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade

A Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade (CSRD) é uma regulamentação da União Europeia que visa melhorar e expandir os requisitos de reporte de sustentabilidade das empresas, substitui a anterior Diretiva de Relato Não Financeiro (NFRD) e procura aumentar a transparência corporativa em relação aos impactos ambientais, sociais e de governança (ESG), foi adotada pelo Parlamento Europeu em novembro de 2022 e entrou em vigor em 5 de janeiro de 2023 (Jornal Oficial da União Europeia, 2022).

Tem como principais objetivos aumentar a transparência em quantidade e qualidade das informações divulgadas pelas organizações em relação às suas práticas de sustentabilidade, uniformizar relatórios através de padrões harmonizados de reporte de sustentabilidade para facilitar a comparabilidade entre empresas, sincronização de informação ESG nas decisões de investimento e incentivar as organizações a adotarem práticas mais sustentáveis e contribuírem para a concretização dos ODS. A CSRD expande o âmbito de aplicação comparativamente à NFRD, neste sentido a diretiva aplica-se agora aos seguintes casos: I) Grandes empresas definidas como aquelas que atendem a pelo menos dois dos três critérios seguintes: mais de 250 funcionários, mais de 40 milhões de euros em receitas, ou mais de 20 milhões de euros em ativos totais; II) Pequenas e Médias Empresas (PMEs) com requisitos de reporte mais simplificados; III) Empresas não europeias com receitas acima de 150 milhões de euros dentro da EU.

Alguns dos requisitos para a concretização destes relatórios abrangem o grande detalhe das práticas corporativas e os respetivos impactos ambientais, sociais e de governança, inclui dado sobre emissões de gases efeito estufa (GEEs), uso de recursos, biodiversidade, direitos humanos, condições trabalhistas e diversidade e inclusão (Jornal Oficial da União Europeia, 2022).

Os mesmos devem estar alinhados com os padrões da União Europeia e com os *frameworks* internacionais, como o GRI, SASB e TCFD expostos anteriormente, sendo alvo de auditorias realizadas por entidades externas e independentes de forma a garantir

o rigor e a confiabilidade dos dados reportados, os dados devem ser publicados em formato digital. Os prazos para implementação e divulgação destes relatórios estão na sua fase piloto com as grandes empresas sujeitas à NFRD deverão já no presente ano, 2024, relatar de acordo com os novos requisitos da CSRD para os exercícios financeiros iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data (Jornal Oficial da União Europeia, 2022).

As grandes empresas não sujeitas à NFRD deverão começar a relatar para os exercícios financeiros iniciados em 1º de janeiro de 2025 ou após essa data. As pequenas e médias empresas (PMEs) e outras empresas cobertas pela diretiva deverão iniciar os seus reportes em 2026 para os exercícios financeiros iniciados em 1º de janeiro de 2026 ou após essa data (Jornal Oficial da União Europeia, 2022).

Os desafios associados à CSRD estão associados à complexidade da implementação e elaboração dos novos requisitos e orientados por altos custos financeiros, em especial para as PMEs, bem como a recolha e verificação dos dados ESG em detalhe em toda a cadeia de valor para muitas empresas.

2.7.2 Taxonomia da União Europeia para Atividades Sustentáveis

A taxonomia da UE é um sistema de classificação que define quais atividades económicas podem ser consideradas ambientalmente sustentáveis, orienta investimentos para atividades que contribuam para os ODS. As empresas precisam reportar como e em que medida as suas atividades se alinham com os critérios da taxonomia, facilitando, desta forma, a transição corporativa para uma economia mais sustentável e transparente (Regulamento (UE) 2020/852).

2.7.3 Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis

O SFDR é um regulamento que estabelece requisitos de divulgação para participantes no mercado financeiro e consultores financeiros sobre a integração de riscos de sustentabilidade e os impactos adversos das suas decisões de investimento. Embora este foque-se principalmente no setor financeiro, o SFDR impacta as empresas que necessitam de financiamento, incentivando a transparência nas práticas de sustentabilidade (Regulamento (UE) 2019/2088).

2.8 Legislação e Iniciativas Nacionais e Regionais

Decreto-Lei n.º 89/2017

Transpõe a anterior Diretiva de Relato Não Financeiro (NFRD) para a legislação portuguesa, obrigando grandes empresas e grupos a divulgarem informações não financeiras, nas temáticas ambientais, sociais e de governança. Define os requisitos de reporte para empresas em Portugal, promovendo a transparência e a responsabilidade corporativa (Diário da República, 2017).

Plano de Ação para a Transição Energética

Iniciativas governamentais focadas na transição para uma economia de baixo carbono, incluindo metas para a redução de emissões de gases de efeito estufa, GEEs, e o aumento da eficiência energética. Incentiva as empresas a adotarem práticas mais sustentáveis e a investirem em tecnologias limpas.

Cartilha de Sustentabilidade dos Açores

Trata-se de um guia específico para as empresas na região dos Açores que promove a integração de práticas sustentáveis em vários setores, como turismo, agricultura e comércio. Oferece uma estrutura de apoio e recursos para as empresas locais, ajudando-as a cumprir com as exigências de sustentabilidade e a melhorar o desempenho ambiental (Governo dos Açores, 2024).

2.9 Ponto Situacional das Corporações Açorianas

As corporações da RAA implementam práticas voltadas para a sustentabilidade ambiental, social e de governança como compromisso à sua missão empresarial em colaborar com a preservação ambiental sustentada numa economia verde (Governo dos Açores, 2024). Nos anos mais recente verifica-se reportes ESG, que seguem a CSRD que já se encontra em vigor, tendo sido adotada pelo Parlamento Europeu em novembro de 2022 e entrou oficialmente em vigor a 5 de janeiro de 2023. Salienta-se que a inclui para além das grandes empresas cotadas em bolsa, todas as empresas que satisfaçam determinados critérios de faturação, ativos e número de empregados (Jornal Oficial da União Europeia, 2022).

A CSRD substitui a Diretiva de Relato Não Financeiro (NFRD), tem como objetivo ampliar e fortalecer os requisitos de reporte de sustentabilidade das empresas da União

Europeia, os requisitos incluem o alargamento do número de empresas a reportar dados e resultados de sustentabilidade, assim como o aumento da quantidade e qualidade das informações que são divulgadas.

Reconhecimentos	
Certificação de Destino Sustentável pela <i>EarthCheck</i>	Em 2014, os Açores tornaram-se o primeiro arquipélago do mundo a receber a certificação de destino sustentável pela <i>EarthCheck</i> , uma das principais certificadoras globais de turismo sustentável, é uma prova do compromisso da região com práticas de gestão ambiental e socialmente responsáveis.
Certificação de Destino Sustentável pela <i>Global Sustainable Tourism Council</i>	Os Açores foram certificados pelo GSTC, um padrão internacional para a sustentabilidade no turismo, que abrange critérios rigorosos de gestão sustentável, maximização dos benefícios sociais e económicos para as comunidades locais, e minimização dos impactos negativos no meio ambiente e na cultura.
Prémio QualityCoast Platinum	O arquipélago açoriano foi galardoado com <i>QualityCoast Platinum</i> , um reconhecimento de excelência em turismo sustentável concedido pelo <i>Coastal & Marine Union</i> (EUCC) que destaca as boas práticas em termos de proteção ambiental, apoio à economia local, e preservação da identidade cultural.
Destino Europeu de Excelência	Os Açores foram selecionados como Destino Europeu de Excelência (EDEN) pela Comissão Europeia, este reconhecimento celebra destinos que demonstram um desenvolvimento turístico sustentável e responsável, promovendo práticas inovadoras e preservação do património natural.
Top 100 Destinos Sustentáveis	A RAA têm sido consistentemente incluída na lista dos Top 100 Destinos Sustentáveis, organizada pela <i>Green Destinations</i> , que reconhece a região como destino que demonstram esforços contínuos para tornar o turismo mais sustentável.
Reconhecimento pela <i>European Charter for Sustainable Tourism in Protected Areas</i>	O arquipélago foi ainda reconhecido pela Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas, destacando o compromisso da região com a gestão sustentável do seu património ambiental e reservas naturais.

Tabela 2.9 - Adaptação do conteúdo informativo presente no artigo "Destino Turístico sustentável" publicado no Açores - Rumo à sustentabilidade em 2021.

Capítulo 3

Metodologia

3.1 Metodologia de Investigação

O presente estudo incide na temática de indicadores ESG, com o objetivo de responder às questões de investigação enunciadas no capítulo 1, foram selecionadas Grandes Empresas da Região Autónoma dos Açores (RAA), compondo um grupo de estudo de caso, para participarem nas entrevistas semiestruturadas, a seleção das mesmas baseou-se principalmente em dois critérios.

Para realizar o estudo de mercado no tempo disponível e simplificar a informação apresentada, foram convidadas nove entidades, representando diversos setores: hotelaria, transportes aéreos, indústria leiteira, energias renováveis, distribuição e retalho, e entidades governamentais, as empresas foram selecionadas com base em critérios como tamanho de mercado, maturidade, importância na economia regional, número de funcionários e disponibilidade de informação pública, das quais apenas 50% aderiu ao estudo. Embora não seja temática recente no quotidiano destas empresas, a efetivação do reporte voluntário tem sido um desafio mais atual e por se tratar de indicadores ainda em fases de estudo e adoção, pretendia-se justamente que os entrevistados utilizassem o tempo necessário e o à-vontade para, por palavras suas, transmitissem as suas visões enquanto corporação, perceções e ideias.

Em primeiro lugar, considerou-se a grande dimensão operacional das empresas, que são as primeiras a serem abrangidas pela recente Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade (CSRD), conforme discutido nos capítulos anteriores, para o efeito, foi realizado um levantamento das grandes empresas açorianas que já divulgam os seus resultados de sustentabilidade ao público através de relatórios ESG.

Em segundo lugar, destacou-se a importância destas grandes empresas regionais para o desenvolvimento económico dos Açores e o suporte social local significativo, devido à sua grande dimensão são fundamentais na geração de empregos, na melhoria da qualidade de vida dos residentes e no investimento em capacitação e desenvolvimento profissional. Para além de representam forças motrizes na inovação e no progresso da sustentabilidade, estas empresas devido à pose de maiores recursos financeiros comparativamente a pequenas e médias empresas (PMEs), conseguem implementar com sucesso práticas de redução de emissões de carbono e eficiência energética, resultando num impacto muito

positivo e significativo na RAA, bem como na conservação do património cultural e ambiental.

As grandes empresas também têm uma enorme repercussão na área de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), pelo apoio a iniciativas locais, culturais e ambientais através de patrocínios, doações e apoio a projetos de conservação ambiental e a organizações de caridade. No setor do turismo, vital para a economia dos Açores, estas empresas têm promovido a sustentabilidade, reduzindo o consumo de água e energia e preservando o património ambiental da região, ao mesmo tempo em que oferecem experiências autênticas aos que a visitam.

Através da elaboração de entrevistas semiestruturadas foi possível obter um conteúdo qualitativo mais profundo sobre a temática, com espaço para diálogo, justamente pela possibilidade dada de enunciar e referir questões pertinentes associadas às que eram questionadas e pontos mais específicos dos próprios relatórios ESG que variavam de empresa para empresa, a nível de metodologia e resultados.

A elaboração do guião de entrevista foi sobretudo formulado através da análise dos reportes ESG mais recentes das empresas convidadas, o que permitiu a formulação mais consciente das questões a dirigir aos responsáveis e complementar a discussão de resultados e consolidação de conclusões finais. A obtenção dos reportes teve duas naturezas, a primeira por pesquisa orgânica nos motores de busca que direcionavam para as páginas digitais dos websites das organizações com o conteúdo disponível a público, e por outro lado, alguns relatórios foram obtidos por via de pedido em correspondência eletrónica, via e-mail, cedidos pelos responsáveis contactados, com o intuito de estudar os dados, entender os pontos em comum reportados pelas organizações e validação do método de elaboração de reporte ESG.

A validação do questionário elaborado foi feita através da apresentação do mesmo a profissionais da área em conjunto com uma solicitação de fatores de melhoria, após o decorrer das duas primeiras entrevistas procedeu-se a um certo ajuste no guião que acompanhava as questões de forma a extrair ideias em comum entre empresas.

Amostra	n=4
Método de recolha	Entrevistas semiestruturadas
Abordagem	Aprofundada
Análise	Conteúdo qualitativo

Tabela 3.1- Tabela resumo da investigação qualitativa - elaboração própria

Duas fortes limitações que serão discutidas no capítulo de limitações, não poderiam deixar de ser referidas na metodologia, pois condicionaram toda a conduta e trajeto do estudo, sendo que a primeira diz respeito ao reduzido número de Grandes Empresas Açorianas que efetua os reportes ESG e a taxa de adesão por parte das Grandes Empresas que ao efetuarem os reportes ESG aceitaram participar no presente estudo.

Uma solução posta em prática para contornar o reduzido número da amostra foi estender o convite a duas entidades fundamentais neste processo de disseminação e adoção de práticas ESG sendo uma delas a Cartilha da Sustentabilidade dos Açores e a Câmara Municipal de Ponta Delgada, de forma a obter outra perspetiva por parte das entidades que assumem um papel regulador, com tentativas de contato sem sucesso.

As entrevistas foram analisadas sob a visão da ferramenta de estudo análise SWOT, identificando forças, fraquezas, ameaças e oportunidades na elaboração dos relatórios ESG, a codificação dos dados foi realizada com o auxílio do software MAXQDA, que permite organizar e interpretar dados qualitativos e quantitativos, facilitando a análise de conteúdo e a geração de outputs para o estudo com a codificação de partes textuais. Após a codificação dos dados, foram obtidos, através do software enunciado, uma frequência de códigos para cada vertente, em tabela e em gráfico, sendo posteriormente trabalhados em Excel de forma a gerar um output de fonte própria.

O software MAXQDA serviu apenas como recurso para identificar e codificar pontos comuns entre as entrevistas, possibilitando uma lista de códigos de fácil consulta, o que facilitou a obtenção do conteúdo para a concretização da SWOT, conduziu desta forma à resposta dos objetivos propostos.

O Método de elaboração dos códigos de análise de dados processados no software MAXQDA iniciou-se pela transferência inicial das entrevistas transcritas para o programa, onde procedeu-se à sua leitura e interpretação.

De seguida, as ideias e tópicos chave comuns entre entrevistas foram identificadas e as codificações foram definidas consoante a sua proximidade com uma força, fraquezas, oportunidade ou ameaça, que consolidam informações sobre o processo de elaboração dos reportes ESG e *guidelines* pelos quais as empresas orientam o seu processo de reporte para tal foi tido em conta a natureza da questão com o cruzamento das informações integrantes dos relatórios ESG das empresas. O compromisso para com a sustentabilidade foi identificado e destacado em codificação do programa através das referências a certificações obtidas pelas empresas.

Com base nesses aspetos, a análise SWOT enunciada explora a evolução e a relevância dos relatórios de sustentabilidade no contexto da sustentabilidade corporativa aplicada ao cenário insular, esta análise centra-se nas forças e fraquezas internas das corporações, bem como nas oportunidades e ameaças externas relacionadas à implementação de práticas de reporte ESG. A estrutura SWOT é apresentada na tabela 4.2.3 do presente relatório.

3.2 Amostra do Caso de Estudo

O processo do convite às entidades anteriormente mencionadas foi efetuado mediante o envio de correspondência registada, e concomitantemente, por via de correio eletrónico à responsabilidade do órgão social nomeado para a gestão da sustentabilidade nas empresas em questão. Relativamente ao processo e organização temporal das entrevistas, foi definido inicialmente que o questionário seria remetido ao responsável em questão sete dias úteis antes do dia definido e acordado entre ambas as partes, de modo ao entrevistado ter um espaço temporal de preparação para a mesma. Foi necessário alargar o período inicialmente estipulado de dois meses para quatro meses da planificação temporal, por questões de burocracia interna das empresas convidadas e disponibilidade de resposta e tempo dos entrevistados. As entrevistas tiveram uma duração média de uma hora por entrevistado, onde foram aplicadas dezasseis questões, o áudio das mesmas foi gravado com consentimento dos entrevistados para uma questão de revisão de conteúdo com um termo de consentimento assinado.

3.2.1 Grupo Bensaude



O Grupo Bensaude nasceu na ilha de São Miguel, Açores, em 1820 com os primeiros negócios que aliavam os serviços de navegação às trocas comerciais com o Reino Unido.

Atualmente, o Grupo Bensaude agrega mais de duas dezenas de empresas, divididas por 5 Áreas de Negócio, sendo estas distribuição, energia, marítima e logística, turismo e serviços. Ao todo, o Grupo conta com mais de 3.000 colaboradores, nos Açores, em Portugal Continental e na Madeira.

A Bensaude assinou a Cartilha de Sustentabilidade dos Açores, assumindo três compromissos para os próximos anos para poder tornar a sua atividade mais sustentável:

1) Formação; 2) Consumo de Água e Energia; 3) Produção Local.

3.2.2 Grupo EDA



Em 1980 a Assembleia Regional dos Açores aprovou uma proposta de Decreto Regulamentar Regional que visava a criação de uma empresa regional que fosse capaz de suprir as necessidades do subsector energético – a eletricidade, que se encontrava em grandes dificuldades. Para este efeito, a 21 de agosto do mesmo ano, foi publicado o Decreto Regional nº 16/80/A, que previa a constituição de uma empresa pública regional, com a designação de Empresa de Eletricidade dos Açores, E.P. Constituída a 17 de julho do ano seguinte, a EDA, E.P., como ficou abreviada e popularmente conhecida, tinha como objetivo o estabelecimento e a exploração de serviço público de produção, transporte e distribuição de energia elétrica no arquipélago.

Atuam no setor da eletricidade com eficácia e qualidade para servir os seus clientes. Assumem um papel fundamental no processo de desenvolvimento dos Açores, com salvaguarda do património ambiental e cultural.

O Grupo EDA desenvolve a sua atividade com total respeito pela preservação do ambiente, procurando também contribuir para o crescimento sustentado da região em que se insere, nomeadamente: Maximizar a produção de eletricidade com origem em recursos renováveis; Adequação da gestão dos resíduos produzidos; Preocupação com critérios de impacto ambiental; Avaliação dos riscos de forma sistemática; Comunicação com os agentes envolvidos, de forma interessada.

3.2.3 Grupo Finançor



O Grupo Finançor é uma das maiores empresas sediadas nos Açores, com uma história que remonta ao início do século XX, fundada em 1907, a empresa iniciou a sua atividade como uma pequena cooperativa agrícola e evoluiu ao longo das décadas tornando-se diversificadas com operações em várias indústrias, incluindo agricultura, pecuária, turismo, indústria alimentar e de bebidas, e serviços financeiros.

A diversidade de operações do Grupo Finançor permite uma presença significativa na economia açoriana, promovendo desenvolvimento e sustentabilidade regional.

3.2.4 MUSAMI



Operações Municipais do Ambiente, é no Ecoparque da Ilha de São Miguel que são encaminhados os resíduos dos concelhos de Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo e Nordeste.

Garantem as respostas mais adequadas para os resíduos seletivos e indiferenciados, procurando sempre soluções de vanguarda em matéria de valorização de resíduos em toda a linha.

A MUSAMI está cada vez mais empenhada nas boas práticas ambientais e na gestão eficaz dos resíduos e boas práticas ambientais, com o objetivo de continuar a fazer crescer os indicadores mencionados para cumprir as metas europeias.

Capítulo 4

Análise e Discussão de Resultados

4.1 Caracterização da Amostra

Como enunciado nos capítulos anteriores, foram selecionadas para estudo grandes empresas da Região Autónoma dos Açores de diversos setores de atividade, fortemente ligadas a questões de sustentabilidade ambiental, social e de governança, que para além disto já se encontram a reportar dados ESG a público, de forma voluntária, antecipando-se à obrigatoriedade por via de diretivas de reporte obrigatório a partir de 2026, referente ao ano homólogo 2025.

CAE	Setor	Empresa	Número médio de Funcionários
47111	Comércio a retalho a retalho em hipermercados e supermercados	Grupo Finançor	1587
69200	Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal	Grupo Bensaude	+ 3000
35113	Produção de eletricidade de energia eólica, geotérmica, solar e de origem, n.e.	Grupo EDA Renováveis	990
38212	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	Musami	144

Tabela 4.1 – Caracterização da Amostra - Elaboração própria

Para os efeitos obteve-se uma amostra $n=4$, o valor reduzido de amostra é justificado nas limitações da dissertação académica, no capítulo seis, as empresas convidadas são então elencadas por Grupo Bensaude atuante em 5 setores: Distribuição, Energia, Marítima e Logística, Turismo e Serviços. Grupo EDA atuante no setor de Produção e Distribuição de Energia Elétrica. Grupo Finançor atuante em 4 setores: Nutrição Animal, Alimentação, Distribuição Alimentar e Hotéis e Lazer. Por fim, MUSAMI atuante no setor de Recolha e Tratamento de Resíduos Urbanos. Todos os dados apresentados em tabela foram consultados e retirados da plataforma Einforma ou a partir dos relatórios integrados mais recentes disponibilizados pelas próprias empresas.

Por questões de ética e de modo a salvaguardar a privacidade das empresas, não são disponibilizadas as respostas ligadas a cada empresa sob a forma do seu verdadeiro nome

comercial, mas sim sob a forma de uma codificação: Empresa A, Empresa B, Empresa C e Empresa D, o critério seguido para atribuição dos códigos foi aleatório.

4.2 Análise de resultados

4.2.1 Compromisso

Certificações	
NP EN ISO 14001:2015	“A Norma ISO 14001:2015 tem como objetivo “proporcionar às Organizações um enquadramento para proteger o ambiente e responder às alterações das condições ambientais, em equilíbrio com as necessidades socioeconómicas”. (fonte: APCER, 2024)
NP EN ISO 9001:2015	“A ISO 9001 adota uma abordagem por processos, que incorpora o ciclo PDCA de melhoria contínua, e integra o pensamento baseado em risco, permitindo não só a fidelização do cliente como também a competitividade da organização assente nos pilares da sustentabilidade.” (fonte: APCER, 2024)
NP EN ISO 45001:2023	“A norma ISO 45001 - Occupational health and safety management systems – Requirements with guidance for use, pretende ser uma ferramenta para ajudar a estabelecer e melhorar o ambiente de trabalho em matéria de saúde e segurança, prevenir acidentes e, em muitos casos, ir além dos requisitos legais.” (fonte: APCER, 2024)
Certificação EMAS	“Este serviço tem por base o Regulamento Europeu mencionado, cujos requisitos traduzem uma aproximação à NP EN ISO 14001, e que é aplicável a qualquer organização que pretenda melhorar o seu desempenho ambiental e prestar informações relevantes sobre os resultados da gestão dos seus aspetos ambientais ao público e outras partes interessadas.” (fonte: APCER, 2024)

Tabela 4.2.1 - Compromisso Sustentável - Certificações - Elaboração própria com recurso à fonte APCER, 2024

Através da leitura e análise dos reportes ESG das empresas integrantes das entrevistas semiestruturadas, sendo os mesmos disponibilizados em apêndice, bem como uma tabela comprovativa de citações, revelam que as certificações ambientais e de qualidade são ferramentas essenciais para comunicação do compromisso para com a sustentabilidade e garantirem na mesma medida a transparência nas suas operações, estas são atribuídas por entidades reguladoras independentes, baseando-se em critérios rigorosos que avaliam a gestão ambiental e a conformidade com normas internacionais, as empresas que detêm estas certificações demonstram um empenho em minimizar impactos ambientais e atender às exigências legais e do mercado.

4.2.2 Guidelines de Elaboração de Reporte ESG

Guidelines de Elaboração de Reporte ESG	
Padrões GRI	“Toda a legislação também nos orienta um pouco, nós seguimo-nos pelos standards da união europeia, também já tínhamos os GRI, já tínhamos a coisa mais ou menos montada”. (Empresa B: 31) “O Grupo inclui o <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU”. (Empresa C: 35)
Guidelines da CSRD	“Pela legislação que já nos é aplicada e pela entidade reguladora, etc, os nossos sistemas de gestão são certificados já temos esta habitação de ter o reporte de dados e indicadores, as métricas já estão um pouco assimiladas.” (Empresa B: 36) “O caminho que está a ser trilhado pela organização está a desenvolver com base em ações de acordo com os timings da CSRD”. (Empresa A: 35) “Está também a ser definido o roadmap para a nova diretiva, obrigações de reporte, comunicação de ratings, objetivos e planos para a concretização da estratégia, objetivos para os planos de modelos de reporte, definição dos KPI's, eixos estratégicos, discussão de descabornização, economia circular, entre muitos mais parâmetros essenciais a ter em conta”. (Empresa A: 36) “Mas já nos encontramos alinhados com a CSRD.” (Empresa B: 36)
Benchmarking	“Procuramos sistemas par em Portugal continental e em outros sistemas insulares (...) fazemos a nossa comparação com o que passa no setor, a nível europeu”. (Empresa B: 37) Aprendem com as grandes referências, seguem o exemplo de outros relatórios que são elaborados neste âmbito por outras organizações. (Empresa D: 25)
Cartilha da Sustentabilidade dos Açores	“Através da adesão à Cartilha da Sustentabilidade dos Açores”. (Empresa C: 26) “São subscritores da cartilha de sustentabilidade dos Açores, uma iniciativa do Governo Regional dos Açores com o intuito de facilitar a implementação de práticas de sustentabilidade, por parte de entidades públicas, privadas ou sem fins lucrativos em todo o território da Região Autónoma dos Açores”. (Empresa D: 29)
Abordagem própria	“A organização tem as duas faces, tanto atendem a determinados requisitos necessários para a elaboração do reporte a nível legal e obrigatório, como também seguem uma abordagem dos princípios de sustentabilidade e de boas práticas”. (Empresa D: 24) “De uma forma geral, obtiveram um mix de 3 normas distintas”. (Empresa A: 30)

Tabela 4.2.2 – Guidelines de elaboração de reporte ESG - Elaboração própria

A análise das entrevistas e dos relatórios ESG das empresas em causa em estudo permitiu identificar um alinhamento significativo com padrões e diretrizes estabelecidos, como os

da *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSDR) e do *Global Reporting Initiative* (GRI), estes *frameworks* fornecem a base estrutural e metodológica que as empresas seguem para garantir a coerência e comparabilidade nos relatórios de sustentabilidade elaborados, no entanto, foi possível observar que, embora estas normas sejam amplamente adotadas, as empresas nos Açores também ajustam os seus métodos de elaboração segundo recomendações específicas da Cartilha de Sustentabilidade dos Açores, que oferece diretrizes regionais adaptadas às particularidades locais.

Além do cumprimento das diretrizes enunciadas, a análise também revela que as empresas têm recorrido ao *benchmarking* como ferramenta de aprendizado, onde inspiram-se nas melhores práticas observadas de outras organizações do setor para aprimorar os seus próprios reportes, este processo de comparação e adaptação culmina, em alguns casos, numa abordagem mais personalizada, desenvolvida a partir da experiência adquirida e das capacidades internas das empresas, sobretudo pelas equipas especializadas, dedicadas à gestão de sustentabilidade, que são as responsáveis por integrar as diretrizes internacionais com o contexto regional e as especificidades operacionais.

4.2.3 Análise SWOT

A análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) é uma ferramenta essencial de análise que suporta as empresas que ambicionam integrar cada vez mais a sustentabilidade nas suas operações, permite avaliar de forma sistemática as forças internas, como bons sistemas de gestão ou uma cultura forte de sustentabilidade, e identificar fraquezas, como a falta de recursos ou *know-how* em métodos ESG, para além disto, a análise SWOT auxilia na exploração de oportunidades externas, como novos mercados para produtos sustentáveis, e a mitigar ameaças, como crises económicas, de forma geral esta ferramenta pretende suportar o desenvolvimento de estratégias eficazes, roborando a sua resiliência e competitividade no mercado.

A utilização da análise SWOT em sustentabilidade corporativa vai para além de uma avaliação, orienta a tomada de decisões estratégicas, na dinamização e comunicação eficaz referente aos esforços de sustentabilidade efetuados pela própria empresa, internamente como externamente, ao articular claramente as forças e as oportunidades, as empresas podem construir uma narrativa positiva que ressoe com os *stakeholders*.

Análise SWOT da Adoção de Reporte ESG nas Grandes Empresas da RAA			
Ambiente Interno	Dimensões	Descrição	Código
	Forças F	Envolvimento e capacitação de todos os níveis da organização na temática de sustentabilidade;	F1
		Bons sistemas de gestão integrada que auxiliam a precisão de reporte;	F2
		Planos de ação e estratégias eficazes que resultam na melhor alocação de recursos;	F3
		Equipas destacadas exclusivamente para desenvolvimento de ações ESG e comunicação do compromisso para com a sustentabilidade.	F4
	Fraquezas Fr	Difícil medição de indicadores na vertente Social;	Fr1
		Falta de recursos financeiros adequados à dimensão da empresa para transição de práticas mais sustentáveis.	Fr2
Ambiente Externo	Oportunidades O	Acesso a Financiamento Verde para investir em práticas mais sustentáveis e aprimorar métodos operacionais;	O1
		Surgimento de normas e diretivas relativas ao reporte ESG;	O2
		Constante crescimento em inovação tecnológica de apoio à sustentabilidade;	O3
		Parcerias com os demais intervenientes de mercado e associativismo em ações de sustentabilidade e partilha de boas práticas.	O4
	Ameaças A	Alterações climáticas provocadas pela atividade humana;	A1
		Microescalas dos intervenientes na cadeia de valor e cumprimento de requisitos obrigatórios a nível legal dos mesmos;	A2
		Cultura geracional açoriana reticente a mudanças e adoção de novos hábitos;	A3
		Falta de oferta de conteúdo formativo de reporte ESG ao capital humano responsável pela elaboração dos relatórios.	A4

*Tabela 4.2.3 - Análise SWOT da Adoção de Reporte ESG nas Grandes Empresas da RAA -
Elaboração própria*

4.2.3.1 Identificação de Forças

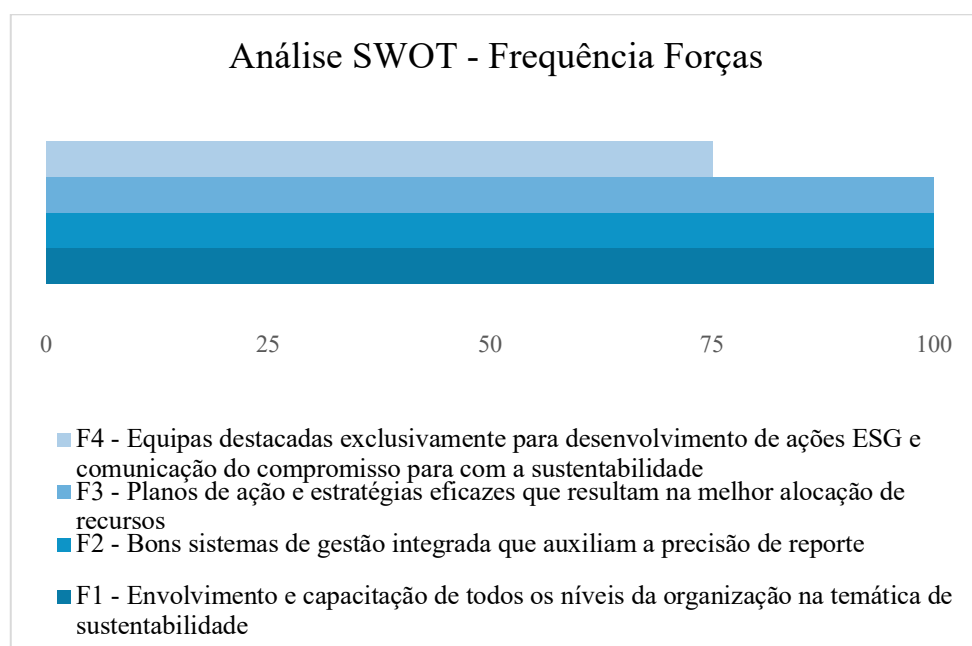


Gráfico 4.2.3.1 – Forças - Elaboração própria

As principais forças corporativas levantadas são apresentadas de F1 a F4, como representado no gráfico 4.2.3.1, as forças F1, F2 e F3 são referidas por 100% da amostra, o que corresponde ao total das 4 empresas em análise, sendo que a força F4 é referida por 3 das 4 empresas entrevistadas, 75%.

As forças identificadas são, portanto, o resumo dos aspetos considerados cruciais pelos entrevistados no sucesso da implementação dos reportes nas organizações, estes compõem os passos seguidos e/ou os pontos fortes reconhecidos que traduzem-se em características que potenciam e agilizam o processo referido.

A Força número 1 (F1) está relacionada ao envolvimento e à capacitação de todos os níveis da organização na temática da sustentabilidade, revelou-se desta forma uma força motriz interna significativa para o sucesso da planificação e execução dos relatórios ESG, bem como o alinhamento da missão, visão e valores da empresa com a vertente da sustentabilidade. É essencial que o incentivo parta dos níveis hierárquicos superiores e permeie todos os níveis da organização, de modo que os líderes para além de transmitirem a mensagem pretendida, garantam ainda que os esforços sejam compreendidos e internalizados pelos funcionários, adicionalmente, a contínua atualização e capacitação dos colaboradores é fundamental para a efetiva implementação das ações ESG.

Em relação à Força número 2 (F2), os sistemas de gestão integrada são cruciais para o acompanhamento e avaliação dos resultados e métricas da empresa, além de

contribuírem para a gestão de riscos, permitindo a deteção de erros e anomalias de forma mais eficiente e ágil, o que auxilia na precisão dos relatórios com dados concretos, a rápida identificação de erros contribui para a prevenção de perdas financeiras e, adicionalmente, estes sistemas possibilitam uma avaliação contínua, facilitando o ajuste e o direcionamento dos planos de ação quando se detona que os resultados esperados ainda não se encontram alcançados ou próximo de, acelera-se desta forma o alcance das metas internas.

Na Força número 3 (F3) analisou-se a perspectiva dos entrevistados em relação à importância da elaboração interna de planos de ação concretos, eficazes e eficientes, o que resulta na alocação de recursos mais consciente e benéfica para a corporação, o que previne gastos desnecessários ou perdas de recursos valiosos, como tempo, matéria-prima e recursos humanos. Observou-se que as matrizes de dupla materialidade auxiliam na auscultação dos diferentes *stakeholders* e na priorização de medidas e ações a serem implementadas, o que visa alcançar um maior índice de sustentabilidade e atingir as metas propostas em relatórios.

Finalmente, a Força número 4 (F4) refere-se às equipas internas designadas para o desenvolvimento de ações ESG e à comunicação do compromisso com a sustentabilidade, quando compostas por membros de diversas áreas e departamentos, estas geram uma atmosfera multidisciplinar mais rica, favorecendo a geração de ideias e soluções para as adversidades emergentes.

4.2.3.2 Identificação de Fraquezas

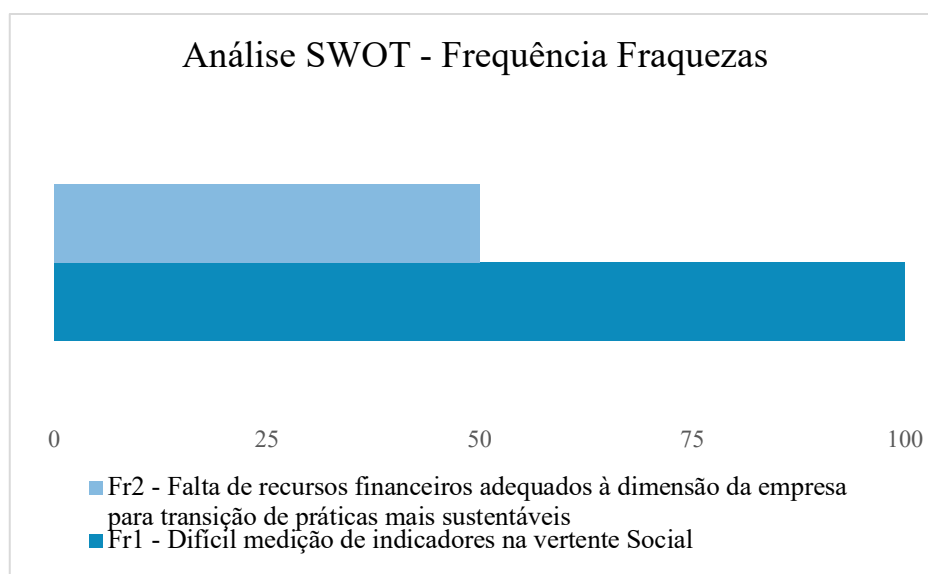


Gráfico 4.2.3.2 – Fraquezas -Elaboração própria

As fraquezas identificadas são apresentadas por Fr1 e Fr2, consultar gráfico 4.2.3.2 sendo abordadas por 100% e 50% da amostra, respetivamente, estes dados traduzem-se em serem referenciados por todos os participantes quanto à Fr1 e por metade dos participantes, 2 empresas, a Fr2.

Aponta-se como Fraqueza número 1 (Fr1) a difícil medição de indicadores na vertente Social dos reportes ESG, uma vez que por se tratar de uma realidade mais debruçada num nível qualitativo que quantitativo, aponta-se a subjetividade dos dados em comparação com os tópicos Ambiental e de Governança, revela-se um processo mais direto medir a quantidade de emissões de carbono, a título de exemplo, do que propriamente o nível de satisfação dos funcionários ou o impacto real que determinadas ações podem reproduzir nas comunidades locais.

O impacto a longo prazo é algo que revela-se difícil de quantificar, uma ação de cariz social pode não ser traduzida num sucesso com resultados imediatos, mas sim com os benefícios sociais e bem-estar da comunidade e elementos internos e associados às corporações a longo termo.

Por outro lado, a Fraqueza número 2 (Fr2) aponta os elevados investimentos iniciais que são necessários numa organização para a implementação de medidas alinhadas com os critérios ESG, como a adoção de tecnologias mais sustentáveis e fidedignas, que possam auxiliar tanto na parte da gestão de riscos e monitorização de resultados como reformulação de processos de produção de forma a permitir uma melhor gestão de recursos e redução da pegada ambiental.

Apreende-se que dada à grande dimensão das empresas em estudo, os investimentos efetuados por parte das organizações para a melhoria de todos os processos e resultados operacionais tem vindo a revelar-se de facto uma medida muito positiva, associado à implementação de tecnologias.

É desta forma que os entrevistados reconhecem que empresas de diferentes tamanhos enfrentam então desafios distintos na implementação das práticas ESG, como referido as PMEs podem não conseguir responder de forma tão positiva e rápida ao grande desafio que se aproxima em escalar soluções que são financeiramente viáveis para as grandes empresas, devido à sua menor dimensão e por este motivo um acesso a recursos financeiros e operacionais mais reduzidos.

4.2.3.3 Identificação de Oportunidades

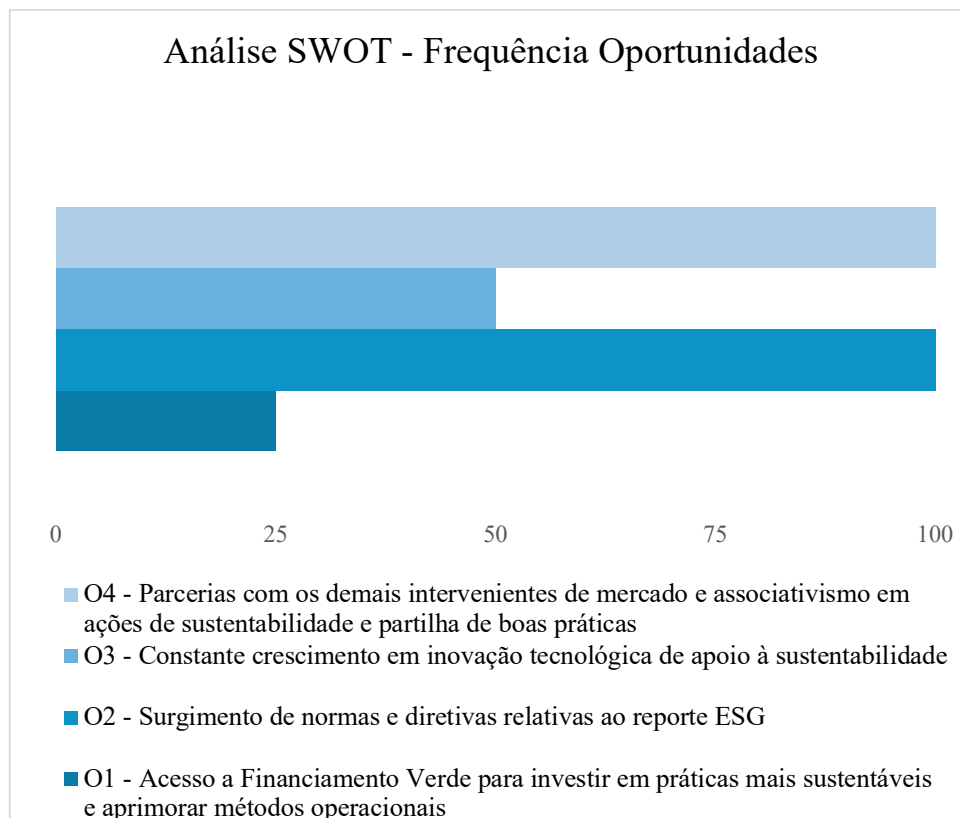


Gráfico 4.2.3.3 – Oportunidades - Elaboração própria

O gráfico 4.2.3.3 indica a frequência de respostas nas principais oportunidades identificadas no mercado, são apresentadas de O1 a O4, a oportunidade O1 é apenas referida por uma das empresas em estudo correspondendo a uma frequência absoluta de 25%, as oportunidades O2 e O4 são referidas por 100% da amostra, o que corresponde ao total das 4 empresas entrevistadas, por fim, a oportunidade O3 é referida por 2 das 4 empresas entrevistadas, correspondente a 50%.

Como Oportunidade número 1 (O1) identificou-se o acesso a financiamento verde para alavancar as práticas mais sustentáveis e aprimoramento de métodos operacionais dentro das organizações, estes revelam-se uma ótima frente de avanço ao alcance de metas ESG na medida em que oferecem condições fiscais mais favoráveis às corporações, como taxas de juro reduzidas, prazos mais longos, o que reduz o custo total de financiamento das empresas, facultando o investimento em projetos sustentáveis, como energias renováveis, eficiência energética ou infraestruturas sustentáveis. Sinaliza ainda um forte compromisso para com a sustentabilidade o que melhora imediatamente a reputação da organização junto dos seus *stakeholders*, que incluem consumidores,

funcionários, investidores, fornecedores e todas as restantes partes interessadas, este compromisso abre portas a um leque mais alargado de investidores ESG, que procuram oportunidades de investimento alinhadas com os princípios ambientais e sociais ampliando o acesso ao capital.

Na mesma linha de raciocínio nasce a Oportunidade número 2 (O2), o surgimento de normas e diretivas relacionadas ao reporte ESG cada vez mais rigorosa atua como um forte elemento de motivação à implementação de práticas mais amigas do ambiente, isto permite não só a redução de riscos, fortemente referida até então no presente relatório, das mais variadas naturezas em questão à conformidade legal, questões ambientais como desastres naturais ou escândalos de gestão corporativa ou questões de condições trabalhista, o que reduz a exposição a litígios, danos na reputação organizacional, sanções legais e outras penalidades.

Muitos entrevistados discutem a Oportunidade número 3 (O3) que respeita o constante crescimento em inovação tecnológica de apoio à sustentabilidade, as empresas que integram práticas e ferramentas ESG nas suas operações além de posicionarem-se de forma mais favorável no mercado estão mais aptas a enfrentar desafios futuros, como mudanças climáticas, escassez de recursos e mudanças nas preferências dos consumidores, fortalece-se desta forma a resiliência das empresas e a sua capacidade de prosperar a longo prazo, ademais as gerações mais jovens procuram trabalhar com empresas que compartilhem os seus gostos, ideais e preferências, numa sociedade cada vez mais digital, que agilizam e transformam os processos de forma positiva, as empresas podem atrair e reter talentos alinhados com os seus valores sustentáveis e de responsabilidade social através da emersão tecnológica, o que aumenta de forma exponencial a satisfação dos colaboradores.

Por fim, no tópico de oportunidades, a Oportunidade número 4 (O4) relativa a parcerias com os demais intervenientes de mercado e associativismo em ações de sustentabilidade e partilha de boas práticas não só permite o acesso ao conhecimento e inovação, pois a colaboração permite justamente que os diversos intervenientes e associados possam expor e partilhar os seus vastos conhecimentos e experiências, o que facilita a permuta de ideias inovadoras e soluções a desafios comuns, como a redução de GEEs, gestão de resíduos e o uso eficiente de resíduos, o que torna a implementação de ações ESG mais rápida. A parceria permite ainda aos intervenientes a oportunidade de influência na formulação de políticas públicas e padrões setoriais, moldando-se um

ambiente regulatório que seja favorável à sustentabilidade e que reconheça as especificidades do setor, em particular da região Açores.

4.2.3.4 Identificação de Ameaças

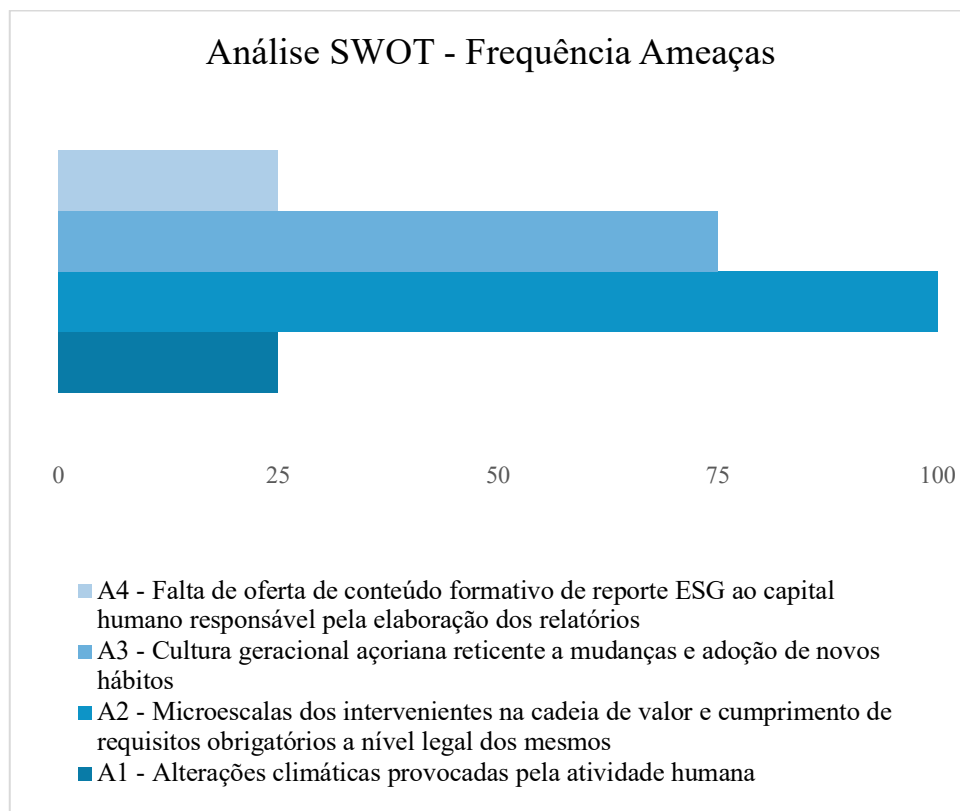


Gráfico 4.2.3.4 – Ameaças - Elaboração própria

No presente gráfico 4.2.3.4 é possível consultar a frequência de respostas nas principais ameaças existentes no mercado, estas enumeram-se de A1 a A4. A ameaça A1 e A4 são referidas apenas por 1 das 4 empresas em estudo, a ameaça A2 é identificada por toda a amostra, o que corresponde a 100%, por fim, a ameaça A3 é referida por 3 das 4 empresas em estudo, o que corresponde a 75%.

No seguimento das entrevistas realizadas a Ameaça número 1 (A1) identificada refere-se às alterações climáticas provocadas pela atividade humana, nos mais diversos setores de mercado os riscos revelam-se crescentes, impulsionados pelo aquecimento global, o que desencadeia eventos climáticos extremos e mudanças regulatórias e do próprio mercado, como referido anteriormente. Esta ameaça identificada condiciona a continuidade das operações das corporações, como também pode influenciar fortemente a reputação e a confiança dos consumidores e outras partes interessadas quando não existe

um bom planeamento, prevenido para eventuais catástrofes, o que resulta na perda de vantagem competitiva.

Como Ameaça número 2 (A2) enuncia-se a microescalas dos intervenientes na cadeia de valor e cumprimento de requisitos obrigatórios a nível legal dos mesmos, como foi possível aferir através da amostra de grandes empresas dos Açores, estas dependem fortemente de um trabalho conjunto de pequenos fornecedores, sendo essencial o trabalho realizado por estes mesmos intervenientes de menor escala no mercado, muitas vezes sem os requisitos base para execução de determinadas funções.

Como Ameaça número 3 (A3) aponta-se a cultura geracional açoriana reticente a mudanças e adoção de novos hábitos, na medida em que é considerado pelas empresas um fator determinante no sucesso operacional das mesmas, isto deve-se à defesa da ideia que é através da colaboração de todos os envolvidos e em especial da abertura e boa aceitação por parte da comunidade local a novas medidas e ações redutoras dos efeitos negativos provocados pela atividade comercial nomeadamente no património natural da região, como é possível verificar em algumas argumentações a taxa de escolaridade nos Açores comparativamente a uma média nacional e europeia é relativamente inferior.

Para finalizar, a Ameaça número 4 (A4) diz respeito à falta de oferta de conteúdo formativo de reporte ESG ao capital humano responsável pela elaboração dos relatórios, que pode condicionar seriamente a capacidade das empresas de desenvolver relatórios eficazes e completos nessa área, segundo a opinião dos entrevistados.

4.3 Discussão de resultados

A nível de demonstração e reconhecimento do compromisso corporativo, a qualidade das operações e a capacidade de monitorar continuamente os seus processos é também assegurada pela atribuição das certificações mencionadas, o acompanhamento e manutenção das certificações garante ajustes e melhorias nos planos de ação, contribui para a eficiência operacional e o desempenho ambiental corporativo, cada vez mais ajustado a um Ecodesenvolvimento, desta forma verifica-se que as organizações conseguem não só demonstrar a sua responsabilidade social, corporativa e ambiental, mas também aumentar a confiança dos seus stakeholders nas suas práticas. Estas análises são validadas por Freeman (1984) que explora como a RSC fortalece a confiança e as relações com diversos grupos de interesse, e ainda, por Turban, & Greening (1997).

Relativamente à forma como são elaborados os relatórios de sustentabilidade nas diversas empresas analisou-se que a conjugação dos métodos estruturados apresentados e o uso de benchmarking permitem às empresas satisfazer os requisitos legais, como também desenvolver uma identidade própria no reporte ESG, a capacidade de envolver os colaboradores internos no processo e de ajustar continuamente os planos de ação com base nas melhores práticas promove uma gestão mais eficiente e uma resposta mais ágil às exigências ambientais e sociais, reforçando a credibilidade e a transparência das operações das empresas locais, o que era possível verificar na revisão de literatura por Brown, H. S., de Jong, M., & Levy, D. L. (2009).

Cruzou-se a análise dos relatórios mais recentes das grandes empresas açorianas com o resultado do estudo de mercado e é possível verificar que as mesmas encontram-se numa fase de adaptação aos novos critérios definidos pela CSRD, onde o detalhe e abrangência das informações é maior, encarando alguns desafios no seu processo.

Nomeadamente associados a sistemas de recolha e processamento de dados a introduzir nos relatórios e, posteriormente, a verificação de toda a informação por auditorias externas à entidade, desta forma há um caminho muito reluzente a trilhar para a transparência corporativa, maior acesso ao financiamento verde e uma melhor gestão de riscos financeiros resultantes das alterações climáticas.

A análise SWOT foi, portanto, a ferramenta utilizada para poder obter um cenário amplo e abrangente do processo de adoção e elaboração dos reportes ESG onde é possível obter através das forças todos os elementos que contribuem atualmente para o sucesso do reporte, pelas fraquezas os obstáculos e as resistências que neste momento revelam-se um desafio para as organizações. Por outro lado, foi possível aferir elementos no levantamento das oportunidades que podem potencializar as forças detetadas e, ainda no que diz respeito a aspetos externos, os elementos que podem simbolizar uma ameaça para a operacionalização dos reportes e da manutenção de uma estratégia de sustentabilidade nas corporações da região Autónoma dos Açores.

As forças levantadas são de uma forma geral comprovadas e validadas pelos estudos e artigos recolhidos no estado de arte do presente relatório, nomeadamente a definição de uma estratégia de sustentabilidade aliada aos relatórios ESG permite alcançar objetivos no âmbito da sustentabilidade corporativa e transparência, acompanhar as exigências emergentes, para além conduzir as atividades operacionais e fortalecer a responsabilidade ambiental, social e económica das empresas perante o ambiente interno e externo à mesma, ao mesmo tempo que também fortalece a confiança e lealdade junto dos

stakeholders, atende às suas necessidades e expectativas (Porter, M. E., & Kramer, M. R., 2006).

Há uma grande diversidade de fatores presentes na equação da dificuldade de medição de indicadores sociais no reporte ESG, referidas pelos responsáveis, tais como os direitos humanos, igualdade de gênero, inclusão social, condições trabalhistas, entre outras, que ainda não possuem um consenso universal que possa ser aplicado transversalmente às corporações, são, portanto, dados não padronizados. Aponta-se a dificuldade de medição das próprias expectativas e normas sociais que variam significativamente entre as diversas regiões do planeta e das variadas culturas, que podem dificultar a criação de métricas universalmente aceites e comparáveis, por esta razão a padronização dos indicadores S têm ainda grandes obstáculos a enfrentar no futuro, este resultado já seria previsto através das limitações e criticismos ao reporte ESG levantados, em particular por Roca, L. C., & Searcy, C. (2012).

A nível das oportunidades, as tecnologias podem trazer um impacto positivo dentro de uma organização, o retorno sobre o capital investido, muitas vezes a longo prazo, enquanto que os custos são imediatos, as empresas que atravessam um período de maior turbulência a nível financeiro ou com projetos em fase de implementação de altos investimentos podem ter dificuldade em sustentar estes custos iniciais, no entanto como alinhado com os levantamentos teóricos do estado de arte por Eccles, R. G., & Krzus, M. P. (2010).

O financiamento verde auxilia ainda o alinhamento com as regulamentações ambientais e na mitigação de riscos relacionadas a mudanças climáticas, o uso de recursos naturais e outras questões de sustentabilidade, não só reduzem a sua pegada ecológica como também formatam um futuro corporativo de acordo com as exigências regulatórias que tornam-se cada vez mais rigorosas, minimizando desta forma riscos financeiros e operacionais associados ao não cumprimento destas normas.

Adicionalmente, sendo o mercado um elemento em constante mutação as partes interessadas, consumidores e investidores, tornam-se cada vez mais interessadas pelas questões ESG exigindo transparência e responsabilidade empresarial nas operações efetuadas, de forma a atender a estas expectativas e necessidades as empresas posicionam-se de forma favorável no mercado com um reporte positivo dos seus resultados, impulsionando ainda a inovação dentro da própria empresa, onde podem surgir o desenvolvimento de novos produtos ou serviços através de processos mais sustentáveis, este ponto não só garante a sua distinção no mercado como também colmata o desperdício

de recurso e eficiência energética, esta oportunidade é validada por Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2011).

As parcerias, como referido nas análises, podem ocasionar a partilha de recursos e de custos operacionais, o que permite às corporações, em especial às PME's, um acesso a tecnologia e práticas sustentáveis que poderiam até então ser inacessíveis de forma independente, a título de exemplo a compra conjunta de material sustentável ou desenvolvimento de infraestruturas compartilhadas para reciclagem e tratamento de resíduos que podem resultar numa economia de escala, nomeadamente através de Adams, C. A., & Frost, G. R. (2008).

No que respeita aos elementos considerados ameaças, destaca-se um ponto fundamental: a resiliência das cadeias de abastecimento. As mudanças climáticas podem causar interrupções no abastecimento global, o que afeta a disponibilidade de matérias-primas, o transporte e a logística, organizações que não adotam estratégias de mitigação, como diversificação de fornecedores e práticas de produção mais sustentáveis, podem enfrentar aumentos de custos e interrupções. No entanto, ao investirem em práticas sustentáveis, têm a oportunidade de capitalizar sobre novos mercados e inovações, transformando a crise climática em uma oportunidade de crescimento, através de metas como redução de emissões, eficiência energética e uso responsável de recursos.

Estas entidades frequentemente operam com recursos limitados, possuem uma menor capacidade de implementação de práticas ESG, e podem estar sujeitas a padrões regulatórios menos rigorosos, especialmente em regiões onde a fiscalização é ainda limitada, como resultado, qualquer falha dos pequenos fornecedores em cumprir normas ambientais e de sustentabilidade pode ter um impacto negativo em toda a cadeia de valor, o que compromete os esforços das grandes empresas regionais em alcançar os seus objetivos de sustentabilidade. A falta de conformidade por parte de um único interveniente pode expor toda a cadeia a riscos legais e financeiros, como multas, sanções e danos reputacionais, que por falta de soluções viáveis dependem fortemente destes intervenientes para a continuidade das suas operações.

Daí que o fortalecimento da cadeia de valor, através da abordagem integrada à sustentabilidade, a adoção de práticas ESG ao longo de toda a cadeia de abastecimento aumenta o impacto positivo das ações formuladas e reduz os riscos associados a práticas não sustentáveis ao longo da cadeia de valor, o que auxilia os pequenos e micro fornecedores muito comuns na região Açores.

Um facto verificado nas respostas obtidas diz respeito à baixa taxa de escolaridade que uma determinada região pode apresentar ser revertida num impacto significativo na forma como as pessoas agem e aceitam novas ideias e conceitos atuais. A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade de análise e da abertura ao diálogo e à mudança, em especial quando o assunto ESG recebe cada vez mais atenção, quando o acesso à educação é limitado, pelas mais variadas razões que se constata na região, os indivíduos podem ter maior dificuldade em compreender temas complexos, questionar informações ou adotar novas práticas que exijam adaptação e inovação, ainda que de uma forma muito subtil.

Além do referido, regiões com menor taxa de escolaridade tendem a ser mais influenciadas por tradições e crenças locais, o que pode gerar resistência a ideias externas ou modernas, a falta de acesso ao conhecimento e às ferramentas para processar novas informações torna mais difícil a adaptação a mudanças, seja em áreas como tecnologia, economia, ou questões sociais e ambientais. Como resultado, essas comunidades podem ser mais lentas na adoção de práticas inovadoras, prejudicando o seu desenvolvimento e a capacidade de acompanhar tendências globais ESG.

O reporte ESG exige conhecimento especializado para identificar métricas e indicadores relevantes, recolher dados precisos, processá-los e comunicar as práticas de forma transparente e coerente num reporte de sustentabilidade, sem formação apropriada, ou com uma reduzida oferta de conteúdos informativos e didáticos, muitas empresas podem enfrentar dificuldades na compreensão de normas e padrões internacionais de elaboração de reporte, assim como para adotar as melhores práticas de monitorização e divulgação de impactos ambientais, sociais e de governança. Esta lacuna formativa pode resultar em relatórios incompletos, inconsistentes ou não alinhados com as expectativas de investidores, reguladores e outras partes interessadas, acrescenta-se o facto de empresas sem suporte formativo adequado podem subestimar a importância do reporte ESG, comprometendo sua capacidade de demonstrar compromisso com a sustentabilidade e de atrair investimento ético.

Capítulo 5

Conclusões

A concretização do primeiro objetivo é alcançada com sucesso através da análise dos reportes ESG publicados pelas empresas em estudo, foi através do cruzamento das informações contidas nos mesmos face às entrevistas semiestruturadas realizadas que permitiu compreender o compromisso das empresas estudadas para com a sustentabilidade, evidenciado pelas várias ações e medidas que são adotadas para tornar a atividade comercial mais sustentável e alinhada aos princípios do ecodesenvolvimento e com os 17 ODS.

Uma das medidas comuns a todos os setores e organizações é a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), verificou-se, nesse sentido, um aumento nos investimentos em tecnologias limpas, como painéis solares, energia eólica e outras fontes de energia renovável, com o objetivo de minimizar o uso de combustíveis fósseis.

Práticas de economia circular também estão a tornar-se cada vez mais frequentes nas corporações, incluindo a reutilização de materiais, reciclagem de resíduos e a redução do desperdício durante o processo produtivo.

Outro foco importante é a gestão eficiente de recursos hídricos, com iniciativas voltadas para a redução do consumo de água e a promoção do tratamento e reutilização de águas residuais, estas medidas contribuem para uma gestão mais eficiente dos recursos, auxiliando a conservar recursos finitos, como minerais, água e energia, e a prolongar sua disponibilidade para as gerações vindouras.

Desta forma, as medidas enunciadas contribuem de maneira significativa para a preservação de recursos para as gerações futuras, alinhando-se aos princípios do desenvolvimento sustentável, com uma visão a longo-prazo ao mesmo tempo que fomentam uma cultura de conservação e uso responsável dos recursos, estes pontos corroboram com a revisão de literatura apresentada nos capítulos iniciais por Raynaut e Zanoni (1993).

Conclui-se que o desenvolvimento sustentável é de extrema importância para as empresas dos Açores, uma região que depende fortemente dos recursos naturais, biodiversidade e qualidade ambiental, esses fatores são cruciais tanto para a atração e retenção contínua de turismo, cuja crescente procura traduz-se em prosperidade económica, como para setores tradicionais essenciais, como a agricultura e a pesca.

A adoção de práticas sustentáveis não só preserva os recursos enunciados para o futuro, mas também fortalece a competitividade das empresas no mercado global, onde a sustentabilidade revela-se cada vez mais uma exigência. Nesse contexto, o conceito de Triple Bottom Line (TBL), que equilibra três pilares: ambiental, social e económico, é fundamental para garantir o sucesso a longo prazo, conforme revisto no estado da arte por John Elkington, fundador da consultoria *SustainAbility* em 1994.

Para além de adotarem práticas mais conscientes, as empresas utilizam os seus recursos internos para reforçar o compromisso de alinhar a sua cultura organizacional com as metas globais de sustentabilidade, como os 17 ODS. O compromisso é evidenciado através da responsabilidade social, um dos pilares do ecodesenvolvimento, e da criação de programas e ações que promovem o bem-estar das comunidades locais dos Açores, a inclusão social, a igualdade de oportunidades e a melhoria das condições de trabalho.

Além disso, essas empresas promovem a transparência ao elaborar e publicar relatórios ESG, que tornam-se ferramentas essenciais para gerir o progresso e o impacto das suas atividades, estes permitem uma maior monitorização de resultados e uma gestão mais eficaz de riscos o que corrobora com os autores McWilliams, A., & Siegel, D., (2001) e Carroll, A. B. (1999).

Nos reportes ESG um dos meios de verificação do compromisso assumido para com a sustentabilidade passa justamente pela verificação da obtenção de certificações por entidades creditadas na área e na temática em estudo, como por exemplo a Certificação ISO 14001 Sistema de Gestão Ambiental pela entidade certificadora Organização Internacional de Normalização (ISO), Certificação EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria) pela entidade certificadora Comissão Europeia, Certificação *EarthCheck* Turismo Sustentável concedida pela entidade certificadora *EarthCheck*, e ainda, Certificação *Global Sustainable Tourism Council* (GSTC) reconhecida pela entidade certificadora GSTC, o que garante o cumprimento de boas práticas e resultados favoráveis, gera um reconhecimento público perante a comunidade de todos os *stakeholders*, portanto a melhoria de imagem e reputação também é corroborada na revisão de literatura por Dahlsrud, A., 2008.

As conclusões referentes ao segundo objetivo foram obtidas segundo o contexto atual das grandes que diz respeito ao processo de preparação para o reporte ESG obrigatório. Este momento leva-as a estabelecer colaborações mais estreitas com consultoras

especializadas e outras entidades externas, com o objetivo de garantir que as empresas da RAA adotam as melhores práticas de reporte ESG.

Verifica-se que as empresas em estudo orientam-se por princípios corporativos que conciliam as necessidades da sociedade, do meio ambiente, e com as suas práticas de gestão, impulsionadas por fatores legais, operacionais e sociais. Estes fatores geram medidas e planos de ação mais conscientes, o que assegura a conformidade com os regulamentos que entrarão em vigor em 2026 e promovendo um impacto positivo nas comunidades locais.

As grandes empresas açorianas da análise têm intensificado os seus esforços para melhorar os reportes ESG, reconhecendo a crescente importância da sustentabilidade no ambiente empresarial global. Esta consciencialização tem sido alimentada pela procura constante de consultoria especializada para validar os resultados e os dados apresentados, bem como pela adoção de práticas de *benchmarking*. Estas práticas permitem às empresas medir o seu desempenho em relação ao setor em que se inserem.

Foi possível constatar que as empresas adotam uma abordagem híbrida, combinando metodologias próprias, desenvolvidas por equipas de sustentabilidade internas, com normas amplamente reconhecidas, como a *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD) e as diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI).

A adaptação ao rigor das normas internacionais tem sido essencial para garantir a consistência e a comparabilidade dos dados reportados, o que confere às empresas açorianas um estatuto elevado em termos de responsabilidade corporativa, contudo, o processo de consolidação dos relatórios não é isento de desafios, sobretudo no que respeita à medição do impacto social. Dada a sua natureza qualitativa, a medição do impacto social exige uma abordagem mais sofisticada e criteriosa para capturar a complexidade das interações sociais e comunitárias.

Embora a dimensão social seja fundamental, ela é a mais difícil de mensurar no contexto do reporte ESG, devido à análise mais subjetiva que envolve, as empresas enfrentam dificuldades na quantificação de aspetos como o impacto nas comunidades locais e o bem-estar dos colaboradores, em contrapartida, os indicadores ambientais e de governança são mais fáceis de gerir, por serem métricas objetivas que permitem a recolha de resultados quantitativos por meio de sistemas de gestão.

Em suma, as empresas açorianas estão num processo contínuo de evolução na elaboração dos seus reportes ESG, demonstram um esforço significativo para se adaptarem às normas internacionais, ao mesmo tempo, que desenvolvem abordagens

inovadoras e adequadas à sua realidade local nos Açores. Esta evolução reflete não só uma resposta às pressões regulatórias e de mercado, mas também um compromisso claro para com a sustentabilidade e com o desenvolvimento económico e social sustentável dos Açores.

5.1 Limitações do Estudo

Algumas das limitações detetadas na elaboração do presente relatório académico são, em primeiro lugar, relacionadas com a reduzida existência de empresas que possuam e partilhem reportes ESG de forma voluntária. Embora ainda não seja uma obrigação legal, a realização voluntária dos reportes ESG representa um passo decisivo na promoção da transparência corporativa e no compromisso para com a sustentabilidade, esta lacuna na adesão voluntária dificulta a obtenção de uma visão ampla e diversificada das práticas de sustentabilidade na região no cenário contemporâneo.

Por outro lado, a falta de colaboração por parte de grandes empresas convidadas reduziu significativamente a recolha e análise de perspetivas variadas sobre as questões de sustentabilidade. A diversidade de opiniões e práticas é crucial para compreender plenamente o estado atual e os desafios na implementação de práticas sustentáveis, sem esta colaboração, o estudo ficou limitado em amplitude e profundidade das análises.

Outra limitação foi a não adesão de uma entidade reguladora ao estudo, que desempenha um papel crucial na promoção e monitorização das práticas de sustentabilidade na região. A sua inclusão teria permitido entender melhor as dificuldades enfrentadas pelas empresas e as perspetivas futuras para o reporte ESG na RAA, além de fornecer indicações valiosas sobre a adoção de standards europeus, contribuindo para uma análise mais completa e informada.

O tempo de resposta das empresas e o planeamento das entrevistas também revelaram-se limitações significativas na concretização e finalização da dissertação académica, o espaço de tempo compreendido para a obtenção de respostas foi superior ao esperado e a dificuldade em agendar algumas entrevistas impactaram a capacidade de recolher dados em tempo hábil, prolongando o processo de pesquisa e análise, esta questão logística impediu uma recolha e análise de dados mais robusta e abrangente, para cumprir com os prazos de entrega.

Adicionalmente, a fase inicial e ainda em desenvolvimento do processo de implementação de práticas ESG na região limitou a disponibilidade de dados e

sustentações teóricas, encontramos-nos num estágio em que a prática e a experimentação são predominantes, com foco na compreensão e execução dos fundamentos base das práticas sustentáveis. Ainda há muito a explorar e implementar, e a prioridade é assegurar que as bases sejam bem estabelecidas antes de avançar para iniciativas mais complexas.

Esta limitação reflete-se na profundidade das análises disponíveis, que são, por vezes, mais descritivas do que analíticas, à medida que as práticas de sustentabilidade tornam-se cada vez mais enraizadas na cultura organizacional e a adoção de estratégias sustentáveis, espera-se que a quantidade e a qualidade dos dados aumentem, permitindo estudos mais detalhados e abrangentes no futuro.

Em resumo, embora o estudo tenha fornecido *insights* valiosos sobre o estado de adoção de reportes ESG na RAA, as limitações identificadas sublinham a necessidade de um maior envolvimento por parte das empresas e das entidades reguladoras. A promoção de uma cultura de transparência e sustentabilidade corporativa é essencial para o desenvolvimento sustentável da região, a superação destas limitações através de maior colaboração e adesão voluntária pode proporcionar uma base mais sólida para futuras pesquisas e a implementação de práticas ESG na RAA.

5.2 Recomendações de Estudos Futuros

Embora o estudo tenha incidido sobre uma vertente de análise de adoção de reportes de sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores (RAA) e tenha sido identificado como uma das suas limitações o escasso número de corporações de grande dimensão que estão a efetuar reportes ESG de forma voluntária, sugere-se a recriação do estudo num panorama futuro. Esta recriação poderá incluir a comparação do cenário atual com o cenário futuro, elencando os principais progressos e mudanças estratégicas verificadas ao longo do espaço de tempo intervalar entre estudos, através do qual será possível compreender melhor a evolução das práticas de sustentabilidade e o impacto das políticas e incentivos implementados para promover a adoção dos reportes ESG.

Além disso, o presente estudo pode ser expandido para incluir uma vertente ainda mais abrangente que contemple Pequenas e Médias Empresas (PMEs), analisar a adoção de reportes ESG em PMEs permitirá entender o grau de dificuldade enfrentado por essas organizações menores comparativamente às grandes corporações estudadas, este ponto é crucial, pois as PMEs constituem uma parte significativa da economia e a implementação

de práticas sustentáveis nas mesmas pode ter um impacto substancial no desenvolvimento sustentável regional.

A inclusão das PME's no estudo pode revelar as barreiras específicas que estas empresas enfrentam, tais como limitações de recursos financeiros, falta de conhecimento especializado, e dificuldades na implementação de sistemas de monitorização e reporte. Identificar estes desafios permitir a formulação de estratégias de apoio direcionadas, como programas de formação específicos, desenvolvimento de ferramentas simplificadas de reporte ESG, e criação de incentivos financeiros para promover a adoção de práticas sustentáveis.

Outra área de expansão para o estudo seria a investigação dos principais pontos de apoio a nível operacional e formativo que podem facilitar a adoção dos reportes ESG nas PME's, a título de exemplo, a análise poderia incluir a eficácia de programas de mentoria, *workshops* de capacitação e parcerias com instituições de ensino e organizações não-governamentais (ONGs) especializadas em sustentabilidade. Ademais, seria benéfico investigar o papel das tecnologias e inovações emergentes, como plataformas digitais de gestão de sustentabilidade, que podem simplificar o processo de reporte e reduzir os custos associados.

Por conseguinte, o estudo não só contribuirá para uma melhor compreensão da evolução dos reportes ESG na RAA, mas também fornecerá *insights* valiosos para a formulação de políticas e estratégias que apoiem a adoção de práticas sustentáveis tanto em grandes corporações quanto em PME's, este conhecimento é fundamental para promover um desenvolvimento económico mais equilibrado e sustentável na região, alinhado com os ODS das Nações Unidas.

5.3 Contribuições para a Gestão

Matriz de dupla materialidade

A adoção de matrizes de dupla materialidade é essencial para o desenvolvimento de planos de ação mais coerentes e eficazes nas empresas, mencionada por 50% das empresas entrevistadas, especialmente no contexto atual de reporte ESG e sustentabilidade corporativa. A dupla materialidade amplia a análise tradicional ao considerar não apenas os impactos financeiros sobre a empresa, mas também os impactos das suas atividades no meio ambiente, na sociedade e em outros *stakeholders*, esta

abordagem mais abrangente permite uma gestão mais responsável e alinhada com as expectativas sociais e ambientais.

A priorização de ações com base nesta matriz é fundamental, pois identifica os temas mais relevantes tanto para o sucesso da empresa quanto para o bem-estar das partes interessadas. Ao auscultar diferentes grupos, como colaboradores, fornecedores, clientes, investidores e comunidades locais, as empresas obtêm uma visão mais clara das expectativas e ajustam suas práticas para responder às novas exigências, um diálogo bidirecional fortalece a legitimidade das decisões e melhora a capacidade de prever riscos e oportunidades, alimentando a análise SWOT corporativa.

Outro ponto importante é a integração dos insights de dupla materialidade na tomada de decisões estratégicas, permitindo priorizar ações que geram valor partilhado, ou seja, que beneficiam tanto a empresa quanto a comunidade, este ponto é especialmente relevante num contexto de crescente pressão regulatória e expectativas dos consumidores em torno das práticas de sustentabilidade.

A análise de dupla materialidade também traduz benefícios operacionais, como a alocação mais eficiente de recursos em áreas de maior impacto, o que evita investimentos de retorno limitado. Ao priorizar o que é realmente relevante para as partes interessadas e para a sustentabilidade corporativa, as empresas conseguem mitigar riscos e identificar novas oportunidades de inovação e liderança no mercado.

Em resumo, a adoção de matrizes de dupla materialidade, juntamente com a auscultação constante de *stakeholders*, cria um caminho sólido para o desenvolvimento de planos de ação mais eficazes, melhorando os resultados operacionais e fortalecendo os reportes ESG, ao equilibrar as necessidades internas e externas e aumentar a resiliência e competitividade empresarial.

O estudo apresentado pode contribuir significativamente para a gestão empresarial ao demonstrar a importância da adoção de matrizes de dupla materialidade, ajustadas ao processo de implementação dos reportes ESG. Ao adotar essa abordagem, as empresas conseguem não só cumprir os requisitos regulatórios, como a CSRD e as diretrizes do GRI, como também alinhar a sustentabilidade com as suas realidades específicas, ajustando o processo aos seus produtos e ao perfil dos seus clientes, permite que as empresas tracem um caminho mais eficiente, com práticas mais relevantes e ajustadas às suas operações.

A implementação da dupla materialidade torna-se, assim, uma ferramenta estratégica de grande valor, especialmente numa fase inicial de adoção dos reportes ESG na RAA,

ao focar nas áreas que geram maior impacto e valor, as empresas podem evitar desperdícios de tempo e recursos, otimizar a performance operacional e adotar medidas mais conscientes. Este processo, alinhado com a cultura organizacional, fortalece o compromisso com a sustentabilidade e amplia a capacidade de criar valor partilhado, ao mesmo tempo que posiciona a empresa de forma competitiva num mercado cada vez mais exigente em termos de responsabilidade social e ambiental.

Referências bibliográficas

- Adams, C. A., & Frost, G. R. (2008). *Integrating sustainability reporting into management practices. Accounting Forum*, 32(4), 288-302.
- Alexandrino, T. C. (2020). *Análise da relação entre os indicadores de desempenho sustentável (ESG) e desempenho económico-financeiro de empresas listadas na B3* (Master's thesis, Universidade Federal de Pernambuco).
- Brown, H. S., de Jong, M., & Levy, D. L. (2009). *Building institutions based on information disclosure: Lessons from GRI's sustainability reporting. Journal of Cleaner Production*, 17(6), 571-580.
- Brockett, A., & Rezaee, Z. (2012). *Corporate sustainability: Integrating performance and reporting*. Routledge.
- Carbon Disclosure Project (CDP). (2020). *Guidance for Companies*. Retrieved from <https://www.cdp.net/en/guidance/guidance-for-companies>
- Carroll, A. B. (1979). *Corporate performance. Acad. Manag. Rev*, 4, 497-505.
- Carroll, A. B. (1999). *Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. Business & Society*, 38(3), 268-295.
- Christensen, H. B., Hail, L., & Leuz, C. (2021). *The consequences of mandatory corporate sustainability reporting. European Corporate Governance Institute - Finance Working Paper*, 623/2019. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3315673>
- Dahlsrud, A. (2008). *How Corporate Social Responsibility is Defined: An Analysis of 37 Definitions. Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15(1), 1-13.
- Delmas, M. A., & Burbano, V. C. (2011). *The drivers of greenwashing. California Management Review*.
- Diário da República. (2017). Decreto-Lei n.º 89/2017. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/89-2017-107773645>
- Eccles, R. G., Ioannou, I., & Serafeim, G. (2014). *The Impact of Corporate Sustainability on Organizational Processes and Performance. Management Science*, 60(11), 2835-2857. doi:10.1287/mnsc.2014.1984
- Eccles, R. G., Krzus, M. P., Rogers, J., & Serafeim, G. (2011). *The need for sector-specific materiality and sustainability reporting standards. Journal of Applied Corporate Finance*, 23(2), 65-72.

- Eccles, R. G., & Krzus, M. P. (2010). *One Report: Integrated Reporting for a Sustainable Strategy*. Wiley.
- Elkington, J. (1997). *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Oxford: Capstone.
- European Commission (2014). Directive 2014/95/EU of the European Parliament and of the Council. Official Journal of the European Union.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Boston: Pitman.
- Freeman, R. E., Harrison, J. S., & Wicks, A. C. (2007). *Managing for Stakeholders: Survival, Reputation, and Success*. Yale University Press.
- Friede, G., Busch, T., & Bassen, A. (2015). *ESG and Financial Performance: Aggregated Evidence from More than 2000 Empirical Studies*. Journal of Sustainable Finance & Investment, 5(4), 210-233. doi:10.1080/20430795.2015.1118917
- Global Reporting Initiative (GRI). (2016). GRI Standards. <https://www.globalreporting.org/standards>
- Gompers, P. A., Ishii, J., & Metrick, A. (2003). *Corporate Governance and Equity Prices*. The Quarterly Journal of Economics, 118(1), 107-156. doi:10.1162/00335530360535162
- Goetzel, R. Z., & Ozminkowski, R. J. (2008). *The health and cost benefits of work site health-promotion programs*. Annual Review of Public Health, 29, 303-323.
- Griggs, D., Stafford-Smith, M., Gaffney, O., Rockström, J., Öhman, M. C., Shyamsundar, P., ... & Noble, I. (2014). Policy: *Sustainable development goals for people and planet*. Nature, 495(7441), 305-307.
- Hart, S. L., & Milstein, M. B. (2003). *Creating sustainable value*. Academy of Management Executive, 17(2), 56-69.
- Harter, J. K., Schmidt, F. L., & Keyes, C. L. M. (2002). *Well-being in the workplace and its relationship to business outcomes: A review of the Gallup studies*. Flourishing: The positive person and the good life, 2, 205-224.
- Holtom, B. C., Mitchell, T. R., Lee, T. W., & Eberly, M. B. (2008). *Turnover and retention research: A glance at the past, a closer review of the present, and a venture into the future*. The Academy of Management Annals, 2(1), 231-274.
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2013). The International Integrated Reporting Framework. <https://integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/>

- LEMME, C. F. *Sustentabilidade e finanças*. In GARDETTI, M. A. (Org.). *Sustentabilidad empresarial: integrando las consideraciones sociales ambientais y econômicas*. Buenos Aires: La-Bell, 2005. p. 129-169.
- MAHONEY, M.; POTTER, J. *Integrating health impact assessment into the triple bottom line concept*. *Environmental Impact Assessment Review*, v. 24, n. 2, p. 151-160, 2004.
- McWilliams, A., & Siegel, D. (2001). *Corporate Social Responsibility: A Theory of the Firm Perspective*. *Academy of Management Review*, 26(1), 117-127.
- Mikhailova, I. (2004). *Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática*. Economia e Desenvolvimento.
- Mooij, S. (2017) *The ESG Rating and Rankin Industry; Vice or Virtue in the Adoption of Responsible Investment?* SSRN Scholarly Paper ID 2960869. Rochester, NY: Social Science Research Network. doi:10.2139/ssrn.2960869.
- Montibeller Filho, G. (1993). *Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável; conceitos e princípios*. *Textos de economia*, 4(1), 131-142.
- NEVES, J. *Avaliação e Gestão da Performance Estratégica da Empresa*. Lisboa. 2011.
- NOGUEIRA, E. P.; FARIA, A. C. *Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da Global Reporting Initiative*. *Revista Universo Contábil*, v. 8, p. 119-139, 2012.
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2006). *Strategy and Society: The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility*. *Harvard Business Review*, 84(12), 78-92.
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2011). *Creating shared value*. *Harvard Business Review*, 89(1-2), 62-77.
- ROCA, L. C.; SEARCY, C. *An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports*. *Journal of Cleaner Production*, v. 20, n. 1, p. 103-118, 2012.
- ROSSETI, J. P. et al. *Finanças corporativas*. Rio de Janeiro: Elseiver, 2008.
- Sachs, J. D. (2012). *From millennium development goals to sustainable development goals*. *The Lancet*, 379(9832), 2206-2211.
- SASB. (2018). SASB Standards. <https://www.sasb.org/standards>
- Schaltegger, S., & Burritt, R. (2005). *Corporate sustainability* (Doctoral dissertation, Edward Elgar).
- Sustentável Açores. (n.d.). Cartilha de sustentabilidade dos Açores. <https://sustainable.azores.gov.pt/cartilha-de-sustentabilidade-dos-acoress/>

- Sustentável Açores. (2021, September 13). Açores querem alcançar ouro como destino turístico sustentável. <https://sustainable.azores.gov.pt/2021/09/13/acoes-querem-alcancar-ouro-como-destino-turistico-sustentavel/>
- Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD). (2017). Final Report: Recommendations of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures. <https://www.fsb-tcfd.org/publications/final-recommendations-report>
- Turban, D. B., & Greening, D. W. (1997). *Corporate social performance and organizational attractiveness to prospective employees*. Academy of Management Journal, 40(3), 658-672.
- Unerman, J., Bebbington, J., & O'Dwyer, B. (2007). *Sustainability Accounting and Accountability*. London: Routledge.
- União Europeia. (2022). Regulamento (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho. <https://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32022L2464>
- União Europeia. (2020). Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho. <https://eurlex.europa.eu/legalcontent/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32020R0852>
- União Europeia. (2019). Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho. <https://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32019R2088>

Apêndice

Apêndice A - Ficha de leitura

Referência	Autor(es)	Sumário
Carroll, A. B. (1999). Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. <i>Business & Society</i> , 38(3), 268-295.	Carroll, A. B.	Discute a evolução do conceito de RSC e apresenta um modelo abrangente que inclui as dimensões económica, legal, ética e filantrópica da Responsabilidade Social Corporativa.
Dahlsrud, A. (2008). How Corporate Social Responsibility is Defined: An Analysis of 37 Definitions. <i>Corporate Social Responsibility and Environmental Management</i> , 15(1), 1-13.	Dahlsrud, A.	Este artigo analisa diferentes definições de RSC e identifica cinco dimensões comuns: ambiental, social, económica, stakeholder e voluntariedade.
McWilliams, A., & Siegel, D. (2001). Corporate Social Responsibility: A Theory of the Firm Perspective. <i>Academy of Management Review</i> , 26(1), 117-127.	McWilliams, A., & Siegel, D.	McWilliams e Siegel exploram a RSC do ponto de vista da teoria da empresa, como as empresas podem incorporar práticas de RSC para maximizar lucros enquanto correspondem às expectativas sociais.
Carroll, A. B. (1979). Corporate performance. <i>Acad. Manag. Rev.</i> , 4, 497-505.	Carroll, A. B.	Analisa o desempenho corporativo com ênfase na Responsabilidade Social Corporativa.
Alexandrino, T. C. (2020). Análise da relação entre os indicadores de desempenho sustentável (ESG) e desempenho económico-financeiro de empresas listadas na B3 (Master's thesis, Universidade Federal de Pernambuco).	Alexandrino, T. C.	Tese de mestrado - Investiga a correlação entre indicadores ESG e o desempenho financeiro, análise aplicada a corporações do Brasil.
Mikhailova, I. (2004). Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. <i>Economia e Desenvolvimento</i> .	Mikhailova, I.	Discute a evolução dos conceitos teóricos de sustentabilidade e desafios.
Montibeller Filho, G. (1993). Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável; conceitos e princípios. <i>Textos de economia</i> , 4(1), 131-142.	Montibeller Filho, G.	Explora os conceitos de Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento sustentável e os seus princípios.
Schaltegger, S., & Burritt, R. (2005). Corporate sustainability (Doctoral dissertation, Edward Elgar).	Schaltegger, S., & Burritt, R.	Examina a sustentabilidade corporativa e a sua integração nas estratégias das corporações.
BROCKETT, A.; REZAEE, Z. Corporate sustainability: integrating performance and reporting. Abingdon: Routledge, 2012.	BROCKETT, A.; REZAEE, Z.	Aborda a integração entre desempenho sustentável e relatórios de sustentabilidade corporativa.
MAHONEY, M.; POTTER, J. Integrating health impact assessment into the triple bottom line concept. <i>Environmental Impact Assessment Review</i> , v. 24, n. 2, p. 151-160, 2004.	MAHONEY, M.; POTTER, J.	Integra a avaliação do impacto positivo com o conceito de triplo resultado (Triple Bottom Line – TBL).
LEMME, C. F. Sustentabilidade e finanças. In GARDETTI, M. A.	LEMME, C. F.	Analisa a relação entre sustentabilidade e finanças corporativas.

(Org.). Sustentabilidad empresarial: integrando las consideraciones sociales ambientales y económicas. Buenos Aires: La-Bell, 2005. p. 129-169.		
NEVES, J. Avaliação e Gestão da Performance Estratégica da Empresa. Lisboa. 2011.	NEVES, J.	Discute métodos de avaliação e gestão de performance estratégica corporativa.
ROSSETI, J. P. et al. Finanças corporativas. Rio de Janeiro: Elseiver, 2008.	ROSSETI, J. P. et al.	Estudo abrangente referente a finanças corporativas.
NOGUEIRA, E. P.; FARIA, A. C. Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da Global Reporting Initiative. Revista Universo Contábil, v. 8, p. 119-139, 2012.	NOGUEIRA, E. P.; FARIA, A. C.	Analisa a sustentabilidade nos principais bancos do Brasil com base no Framework GRI.
ROCA, L. C.; SEARCY, C. An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. Journal of Cleaner Production, v. 20, n. 1, p. 103-118, 2012.	ROCA, L. C.;	Analisa os indicadores mais comuns divulgados em relatórios ESG, destacando a diversidade e a falta de padronização na elaboração de relatórios.
Adams, C. A., & Frost, G. R. (2008). Integrating sustainability reporting into management practices. Accounting Forum, 32(4), 288-302.	Adams, C. A., & Frost, G. R.	Explora como as empresas podem integrar os relatórios de sustentabilidade nas suas práticas de gestão para melhorar a transparência e a RC.
Eccles, R. G., Krzus, M. P., Rogers, J., & Serafeim, G. (2011). The need for sector-specific materiality and sustainability reporting standards. Journal of Applied Corporate Finance, 23(2), 65-72.	Eccles, R. G., Krzus, M. P., Rogers, J., & Serafeim, G.	Defende a necessidade de padrões de relatórios de sustentabilidade específicos por setor com vista a melhorar a relevância e a precisão das informações divulgadas a público.
Eccles, R. G., Ioannou, I., & Serafeim, G. (2014). The Impact of Corporate Sustainability on Organizational Processes and Performance. Management Science, 60(11), 2835-2857. doi:10.1287/mnsc.2014.1984	Eccles, R. G., Ioannou, I., & Serafeim, G.	Examina como a adoção de práticas sustentáveis afeta os processos organizacionais e o desempenho financeiro das empresas.
Eccles, R. G., & Krzus, M. P. (2010). One Report: Integrated Reporting for a Sustainable Strategy. Wiley.	Eccles, R. G., & Krzus, M. P.	Propõe a integração de relatórios financeiros e de sustentabilidade em um único relatório – Relatório Integrado - para fornecer uma visão mais completa e transparente do desempenho corporativo.
Freeman, R. E. (1984). Strategic Management: A Stakeholder Approach. Boston: Pitman.	Freeman, R. E.	Introduz o conceito de gestão estratégica baseada nos stakeholders, destacando a importância de considerar todos os grupos de interesse na tomada de decisões corporativas.
Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2011). Creating shared value. Harvard Business Review, 89(1-2), 62-77.	Porter, M. E., & Kramer, M. R.	Discute como as empresas podem criar valor ao alinhar estratégias empresariais com o bem-estar social e ambiental.
Unerman, J., Bebbington, J., & O'Dwyer, B. (2007). Sustainability Accounting and Accountability. London: Routledge.	Unerman, J., Bebbington, J., & O'Dwyer, B.	Explora a contabilidade de sustentabilidade e a responsabilidade corporativa, enfatizando a necessidade de práticas de relatórios mais robustas.

Elkington, J. (1997). <i>Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business</i> . Oxford: Capstone.	Elkington, J.	Introduz o conceito de Triple Bottom Line - TBL, que incorpora considerações sociais, ambientais e económicas na avaliação da performance corporativa.
Freeman, R. E., Harrison, J. S., & Wicks, A. C. (2007). <i>Managing for Stakeholders: Survival, Reputation, and Success</i> . Yale University Press.	Freeman, R. E., Harrison, J. S., & Wicks, A. C.	Discute a gestão empresarial com foco nos stakeholders para promover a sobrevivência, a manutenção de reputação e o sucesso corporativo.
Friede, G., Busch, T., & Bassen, A. (2015). ESG and Financial Performance: Aggregated Evidence from More than 2000 Empirical Studies. <i>Journal of Sustainable Finance & Investment</i> , 5(4), 210-233. doi:10.1080/20430795.2015.1118917	Friede, G., Busch, T., & Bassen, A.	Analisa a relação entre práticas ESG e desempenho financeiro, consolidando evidências de mais de 2000 estudos empíricos.
Gompers, P. A., Ishii, J., & Metrick, A. (2003). Corporate Governance and Equity Prices. <i>The Quarterly Journal of Economics</i> , 118(1), 107-156. doi:10.1162/00335530360535162	Gompers, P. A., Ishii, J., & Metrick, A.	Investiga a relação entre gestão corporativa e os preços das ações, destacando a importância da boa gestão para o valor empresarial.
European Commission (2014). Directive 2014/95/EU of the European Parliament and of the Council. <i>Official Journal of the European Union</i> .		Estabelece requisitos para a divulgação de informações não financeiras por parte de grandes empresas na União Europeia.
Brown, H. S., de Jong, M., & Levy, D. L. (2009). Building institutions based on information disclosure: Lessons from GRI's sustainability reporting. <i>Journal of Cleaner Production</i> , 17(6), 571-580.	Brown, H. S., de Jong, M., & Levy, D. L.	Analisa as lições aprendidas com os relatórios de sustentabilidade do GRI na construção de instituições baseadas na divulgação de informações.
Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2006). "Strategy and Society: The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility." <i>Harvard Business Review</i> , 84(12), 78-92.	Porter, M. E., & Kramer, M. R.	Explora a conexão entre vantagem competitiva e responsabilidade social corporativa, argumentando que estratégias de CSR bem integradas podem beneficiar tanto a sociedade quanto as empresas.
Delmas, M. A., & Burbano, V. C. (2011). The drivers of greenwashing. <i>California Management Review</i> .	Delmas, M. A., & Burbano, V. C.	Examina os fatores que levam as empresas a adotar práticas de greenwashing e as implicações dessas práticas para a sustentabilidade corporativa.
Mooij, S. (2017) The ESG Rating and Rankin Industry; Vice or Virtue in the Adoption of Responsible Investment? SSRN Scholarly Paper ID 2960869. Rochester, NY: Social Science Research Network. doi: 10.2139/ssrn.2960869.	Mooij, S.	Discute as vantagens e desvantagens da indústria de classificações ESG, destacando a falta de padronização e os desafios na mensuração da sustentabilidade corporativa.
Hart, S. L., & Milstein, M. B. (2003). Creating sustainable value. <i>Academy of Management Executive</i> , 17(2), 56-69.	Hart, S. L., & Milstein, M. B.	Como as empresas podem criar valor sustentável ao integrar estratégias que promovem o desenvolvimento económico, ambiental e social. Os autores propõem um quadro de quatro dimensões para guiar as empresas na criação de valor sustentável.
Griggs, D., Stafford-Smith, M., Gaffney, O., Rockström, J., Öhman,	Griggs, D., Stafford-Smith, M., Gaffney,	Este artigo discute a formulação dos ODS e sua importância para garantir um

M. C., Shyamsundar, P., ... & Noble, I. (2014). Policy: Sustainable development goals for people and planet. <i>Nature</i> , 495(7441), 305-307.	O., Rockström, J., Öhman, M. C., Shyamsundar, P., ... & Noble, I.	desenvolvimento equilibrado que beneficie tanto a sociedade como o planeta. Os autores enfatizam a necessidade de metas integradas que abordem conjuntamente questões ambientais, sociais e económicas para alcançar um desenvolvimento sustentável.
Sachs, J. D. (2012). From millennium development goals to sustainable development goals. <i>The Lancet</i> , 379(9832), 2206-2211.	Sachs, J. D.	Sachs analisa a transição dos ODM para os ODS, destaca a necessidade de um foco mais abrangente e holístico para enfrentar os desafios globais. O artigo sublinha a importância de integrar aspetos ambientais e económicos nas metas de desenvolvimento para garantir um progresso sustentável a longo prazo.
Goetzel, R. Z., & Ozminkowski, R. J. (2008). The health and cost benefits of work site health-promotion programs. <i>Annual Review of Public Health</i> , 29, 303-323.	Goetzel, R. Z., & Ozminkowski, R. J.	Este estudo destaca que programas de bem-estar no local de trabalho podem reduzir custos de saúde e aumentar a produtividade.
Harter, J. K., Schmidt, F. L., & Keyes, C. L. M. (2002). Well-being in the workplace and its relationship to business outcomes: A review of the Gallup studies. <i>Flourishing: The positive person and the good life</i> , 2, 205-224.	Harter, J. K., Schmidt, F. L., & Keyes, C. L. M.	Os autores encontraram uma correlação significativa entre a satisfação no trabalho e a produtividade, indicando que empresas que investem no bem-estar dos funcionários colhem benefícios no desempenho.
Holtom, B. C., Mitchell, T. R., Lee, T. W., & Eberly, M. B. (2008). Turnover and retention research: A glance at the past, a closer review of the present, and a venture into the future. <i>The Academy of Management Annals</i> , 2(1), 231-274.	Holtom, B. C., Mitchell, T. R., Lee, T. W., & Eberly, M. B.	A pesquisa mostra que as condições de trabalho favoráveis são cruciais para a retenção de talento, especialmente em indústrias com alta procura por talento em colaboradores para setores específicos.
Turban, D. B., & Greening, D. W. (1997). Corporate social performance and organizational attractiveness to prospective employees. <i>Academy of Management Journal</i> , 40(3), 658-672.	Turban, D. B., & Greening, D. W.	Este estudo sugere que práticas de trabalho justas e benefícios trabalhistas melhoram a reputação corporativa, influenciam positivamente a percepção do público e do mercado.
Gheorghe, C., & Tugui, A. (2017). Green Finance and Sustainability: Environmentally responsible business and the financial sector. In: Johnstone, S. (Ed.), <i>Sustainability Strategies</i> (pp. 99-125). Springer.	Gheorghe, C., & Tugui, A.	Aborda práticas financeiras que incentivam projetos sustentáveis, como eficiência energética, gestão de resíduos e uso de energias renováveis, além de abordar os impactos positivos dessas iniciativas para o meio ambiente e para as empresas envolvidas.
United Nations. (2015). <i>Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development</i> . United Nations General Assembly.	United Nations	17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
Kotsantonis, S., & Serafeim, G. (2019). <i>Four things no one will tell you about ESG data</i> . <i>Journal of Applied Corporate Finance</i> , 31(2), 50-58.	Kotsantonis, S., & Serafeim, G.	Discute os desafios relacionados à qualidade, comparabilidade e confiabilidade dos dados sociais dentro dos relatórios ESG, destacando a complexidade de quantificar aspetos como direitos humanos, diversidade e impacto nas comunidades, que são

		frequentemente mais subjetivos do que os indicadores ambientais ou de governança.
Christensen, H. B., Hail, L., & Leuz, C. (2021). <i>The consequences of mandatory corporate sustainability reporting</i> . European Corporate Governance Institute - Finance Working Paper, 623/2019.	Christensen, H. B., Hail, L., & Leuz, C.	analisa os impactos que o reporte ESG obrigatório exerce sobre as empresas e os mercados. Os autores investigam a relação entre a obrigatoriedade de relatórios de sustentabilidade e mudanças nas práticas empresariais, como a eficiência operacional e a conformidade com normas ESG.

Apêndice B – Guião de Entrevistas

Guião de entrevistas

1. A partir dos relatórios de reporte de empresa foi possível averiguar o desenvolvimento de esforços no sentido de tornar a atividade corporativa cada vez mais sustentável e alinhada com os critérios ESG. Na sua perspetiva quais as três principais medidas implementadas que tiveram de facto um grande impacto na melhoria de performance?
2. Enquanto grupo como definem sustentabilidade corporativa e que importância, neste momento, a adoção destes critérios tem para o desenvolvimento da vossa atividade no mercado num panorama atual e futuro?
3. Como estão a organizar a vossa estratégia de sustentabilidade empresarial? Como se iniciou o processo de adoção deste novo conceito e que resistências encontraram na formulação das linhas de ação?
4. Na elaboração dos relatórios de reporte quais as áreas de maior dificuldade de medida? Por que razão? Como é feita a medição das métricas selecionadas para o efeito?
5. Como escolhem e garantem que as vossas métricas estão de acordo com os princípios de sustentabilidade? Baseiam-se mais numa abordagem própria ou pelas entidades reguladoras?
6. De que forma prevê uma maior transparência e confiabilidade nos dados presentes em relatórios de reporte ESG de forma global efetuados pelas empresas?
7. Que processo está a ser seguido de forma a respeitar as regras e requisitos na integração da Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (CSRD) e das Normas Europeias para relatórios de sustentabilidade (ESRS) no desenvolvimento dos vossos relatórios ESG?
8. Das três áreas de foco dos critérios ESG, Ambiental, Social e Gestão corporativa, em qual considera haver um maior foco em recursos e planeamento? Porquê?

9. Consegue discutir a importância e o papel do treino dos funcionários e a capacitação dos mesmos nas temáticas ESG quanto ao comportamento a adotar para que se consigam efetivar de forma mais rápida e eficiente as medidas necessárias para uma boa prática ESG?
10. Em que áreas ou aspetos sente uma carência de apoios por parte das entidades reguladoras na nossa região para o avanço destes reportes?
11. No seu entender que papel vem a ter a tecnologia no avanço de práticas de sustentabilidade, é do interesse da empresa dispensar maiores investimentos em tecnologia que possa vir a reverter num menor impacto ambiental ou reforço da responsabilidade social?
12. Que desafios a sua empresa encontra em levar a estratégia de sustentabilidade para a gestão da cadeia de abastecimento?
13. Como percebe o contributo vantajoso ou desvantajoso da cultura açoriana na adoção das medidas implementadas ou sugeridas? Como poderiam potencializar o maior envolvimento da comunidade na concretização dos objetivos propostos?
14. Considera que pelo facto de os Açores serem uma região periférica este traduz-se numa vantagem ou numa desvantagem no que respeita ao posicionamento e ao acompanhamento de ações e práticas ESG comparativamente à realidade europeia?
15. Sente que nesta fase de transição o estabelecimento de parcerias promove uma boa frente ao bom desenvolvimento corporativo sustentável e alcance de metas? De que forma?
16. Quais são as ambições e expectativas futuras do grupo na temática ESG? Que grandes desafios visam a ter solucionados até 2030?

Apêndice C - Citações Extraídas do MAXQDA para Análise SWOT

Apêndice C.1 - Forças

No respeitante à capacitação dos funcionários foi constatado o papel crucial de colaboradores informados, sensibilizados, alinhados com os objetivos e estratégia de sustentabilidade, seja o impacto a nível ambiental, social ou da própria funcionalidade e gestão da corporação. Além disso é evidenciado que a formação deve chegar a todos os colaboradores num curto espaço de tempo acordado por cada instituição, ser adequada à função que cada um desempenha e ser assertiva. “(…) estarem inteiramente cientes da realidade corporativa e alinharem-se com os objetivos, visão, missão, valores, sobretudo entender o seu papel e o seu contributo na atividade desempenhada. Sobre tudo estarem envolvidas com as temáticas ESG.” (Empresa D, Pos. 49) “Depois temos de adequar a formação ao tipo de função, não vou debitar a mesma matéria para um administrador e um operador, são funções e contextos diferentes. A formação deve ser assertiva.” (Empresa B, Pos. 51-52)
--

F1	O envolvimento de todas as linhas da organização é um veículo para o sucesso da elaboração de reportes ESG e disseminação da estratégia de sustentabilidade proposta por cada empresa. “É essencial o envolvimento dos colaboradores, seja qualquer temática na organização, a sustentabilidade não existe apenas no gabinete, nem só no papel. São eles que diariamente garantem o bom funcionamento, cumprimento dos procedimentos, boas práticas e de mais medidas implementadas. São o feedback essencial para a revisão e ajuste de novas medidas que foram implementadas, permite ajustar e afinar a estratégia (...).” (Empresa A, Pos. 42) “Outra coisa importante é envolver todos os níveis da organização, dos mais altos aos mais baixos, começar pela gestão de topo. Se não houver comprometimento da gestão de topo dificilmente resulta, devem ser os primeiros a acreditar e alinhar os outros, convencer as suas equipas e toda a corporação, (...).” (Empresa B, Pos. 53) Capacitação de todo o leque de colaboradores da organização; “Análise e compreensão das normas e diretrizes, com aposta da formação e estudo detalhado.” (Empresa C, Pos. 41) “É extremamente crucial ter as pessoas informadas, sensibilizadas, alinhadas com os objetivos e com o pretendido. Mostrar a importância e o contributo que cada prática tem, seja o impacto a nível ambiental, social ou da própria funcionalidade e gestão da corporação.” (Empresa D, Pos. 49)
F2	A Disponibilidade de tecnologias no processo de reporte, nomeadamente sistemas de gestão integrados atua como uma mais-valia, não só acarreta um processamento mais viável, menor chance de erro humano como alerta mais rapidamente e de forma independente para questões de reação rápida. “tecnologia é a aposta certa. Garante não só a melhoria dos processos, como a melhoria dos desempenhos, da eficiência nos consumos energéticos, recursos naturais e mesmo questões de desperdício alimentar.” (Empresa A, Pos. 47) A redução de custos operacionais é um dos diversos resultados de uma boa implementação e monitorização dos dados corporativos na temática da sustentabilidade, através da análise em reportes é possível identificar áreas de melhoria e de ajuste, promover ações e medidas que tragam um maior retorno financeiro às empresas. “Por um lado, a pressão da opinião pública, as comunidades/stakeholders possam percecionar de forma positiva a preocupação do grupo nestas questões, que acarreta uma melhoria de imagem, maior notoriedade, existe também uma gestão de riscos inerente, redução de custos, questões de inovação e aumento da competitividade, atração e retenção do talento quanto ao capital humano (...).” (Empresa A, Pos. 16) Tecnologia e sistemas de gestão integrada para monitorização de dados; “O sistema tem um grau de maturidade bastante maturo, têm todas as práticas, processos e medidas implementadas, testadas e validadas. Tanto a nível de desempenho ambiental, em termos de responsabilidade social implementadas pelo grupo são possíveis de monitorizar pois definiram um programa de gestão de sustentabilidade anual, constam com os descritores operacionais relativos à gestão de consumos e emissões, bem como a vertente social, onde são definidos os objetivos e metas a cumprir, sempre de forma consciente e mais eficiente possível, para todas as partes.” (Empresa A, Pos. 23) “A tecnologia também vem ajudar na gestão de riscos, redução de erro, (...).” (Empresa B, Pos. 68-69)
F3	Verifica-se que outro ponto forte da implementação de reportes de sustentabilidade são as melhorias da imagem de marca e notoriedade das empresas, uma vez que transmitem um compromisso para com a temática e uma atividade transparente perante as três vertentes: Ambiental, Social e de Governança. “Melhoria do posicionamento da imagem de marca, a redução de custos operacionais, (...).” (Empresa B, Pos. 13) “É uma abordagem integrada e concertada com o modelo de gestão. Torna-se cada vez mais claro que as organizações que integram critérios ESG podem ter benefícios não só em termos de desempenho como também no que toca ao valor empresarial sustentável. O aumento da confiança junto dos stakeholders, melhoria e manutenção da notoriedade, (...).” (Empresa A, Pos. 39) Matriz de Materialidade: Auscultação dos stakeholders, priorização de áreas a atuar e criação de medidas específicas; “Análise de materialidade, que no nosso caso foi de dupla materialidade.” (Empresa B, Pos. 19)
	Reorganização na orgânica das corporações com a criação de departamentos especializados. “Novo modelo governance, estrutura orgânica específica para as questões de sustentabilidade. Com pelo menos 3 figuras importantes que são o envolvimento da comissão executiva, um comité conselheiro da administração, CSO e um conjunto de equipas de sustentabilidade que são as que gerem estas áreas em termos operacionais, é um fator determinante.” (Empresa B, Pos. 5)

F4	“Pessoas especializadas e equipas multidisciplinares nas diferentes ações em Sustentabilidade.” (Empresa C, Pos. 6) “(…) o passo importante este ano, 2024, foi a formulação da equipa ESG, que trabalha esta questão.” (Empresa D, Pos. 39) Como elencado no estado de arte do presente relatório os ODS atuam um reforço na RSC como para a própria elaboração de reportes de sustentabilidade, através dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável propostos as empresas conseguem comunicar o seu compromisso para com o ambiente, sociedade e práticas de gestão. A associação a entidades que promovam e conduzam práticas dentro desta vertente é outro meio que as corporações têm de garantir o seu envolvimento e preocupação nestas causas. “O reporte permite que as empresas comuniquem o seu compromisso com a responsabilidade social, ambiental e práticas de gestão sólidas.” (Empresa A, Pos. 16) “O grupo, estando alinhado com os ODS, combate as questões de desperdício alimentar ajustando a produção alimentar em função (…).” (Empresa A, Pos. 50) “(…) definimos e comunicamos publicamente os 5 ODS prioritários (…).” (Empresa C, Pos. 26) “(…) associados do GRACE – Empresas Responsáveis, é uma associação de utilidade pública, sem fins lucrativos, que atua nas áreas da Responsabilidade Social e Sustentabilidade.” (Empresa D, Pos. 26-27) As empresas garantem o cumprimento de determinados standards e índice de qualidade através da obtenção de certificações em especial certificações ISO, que comprova o cumprimento dos standards desenvolvidos pela International Organization for Standardization (ISO). A certificação ISO garante o cumprimento destas normas e é, em alguns setores e/ou mercados, um requisito legal ou contratualmente obrigatório, isto é, algumas empresas e organizações só negociam com agentes económicos que possuam certificação ISO em determinada área. “Conscientes dos impactos dessas estruturas tanto a nível ambiental, social e económico, decidiu-se avançar numa primeira fase com as certificações ambientais 14001, ABNT NBR ISO 14001 é uma norma internacional que estabelece diretrizes para sistemas de gestão ambiental (SGA) em empresas e organizações. O objetivo principal é ajudar as empresas a gerir os seus impactos ambientais e a promover a sustentabilidade nas suas operações.” (Empresa A, Pos. 19) “O sistema de gestão da qualidade veio a ser uma norma obrigatória para sistemas de gestão de resíduos e a empresa já se encontrava certificada.” (Empresa D, Pos. 52) Cultura organizacional alinhada com sustentabilidade, Missão, Visão e Valores. “foca-se muito nas questões de sustentabilidade e ambientais há mais de 20 anos. Aliás, a sustentabilidade é um dos valores da cultura organizacional, está integrado na estratégia dos mesmos, não há outra forma.” (Empresa A, Pos. 16) “Haver só uma estratégia na organização, garantir que houve uma integração da estratégia ESG na estratégia que já tem, tornando-a numa única estratégia robusta, foi um passo extremamente importante.” (Empresa B, Pos. 6) “Trabalhamos diariamente para que a nossa atividade decorra com o menor impacto possível no ambiente, apostando na utilização racional dos recursos naturais.” (Empresa C, Pos. 13) Aplicação de métricas alinhadas com os standards europeus para a sustentabilidade; “Definição das métricas é sempre uma atividade difícil, ou seja, a maior parte dos indicadores já tínhamos, foi uma questão de afinar mas há outras matérias para o qual arranjar dados e metas é um exercício que foi e está a ser difícil para o nosso grupo.” (Empresa B, Pos. 24) “Têm ferramentas de gestão que facilitam na elaboração dos relatórios, cerca de 180 indicadores que além de estarem alinhados com as políticas ESG estão alinhados com os ODS, objetivos de desenvolvimento sustentável.” (Empresa D, Pos. 15)
----	--

Apêndice C.2 - Fraquezas

Fr1	Difícil medição de indicadores na vertente Social; Dos três eixos de foco dos relatórios ESG, as empresas analisadas têm tendencialmente um foco de negócio muito voltado para o ambiente, desta forma é compreensível o maior desenvolvimento, até ao momento, de medidas e ações com foco na vertente E, bem como as métricas de medição, resultando desta forma menos medidas a implementar na S e G; Em particular a S é a vertente de maior dificuldade de medição uma vez que fatores qualitativos são mais desafiantes de acompanhar e mensurar. “Das três temáticas a mais difícil para nós, por via do que é a nossa atividade, é a social e a de governance, não quer dizer que tenha sido muito difícil, mas tendo em conta a pergunta, foram essas.” (Empresa B, Pos. 29) “A vertente social é sempre mais difícil de medição, como podemos medir a motivação, a satisfação? Às vezes são coisas um pouco subjetivas, mas vamos aprendendo.” (Empresa B, Pos. 32) “As principais resistências estão relacionadas com o levantamento e compilação de dados numéricos e não numéricos.” (Empresa C, Pos. 30) “Na elaboração dos relatórios de reporte as áreas de maior dificuldade de medida são as que não temos valores numéricos ou dados quantitativos, pois permite uma interpretação personalizada e individualizada” (Empresa C, Pos. 32)
Fr2	Falta de recursos financeiros adequados à dimensão da empresa para transição de práticas mais sustentáveis; “Outra questão é a alocação de recursos financeiros, no caso da EDA, como um dos temas materiais tem a ver com a transição energética - descarbonização, para alterarmos a forma como hoje produzimos energia é necessário um investimento muito alto, na ordem das centenas de milhões de euros.” (Empresa B, Pos. 22) “Outra resistência poderá ser esta necessidade de maiores incentivos e fundos direcionados para o planeamento e concretização de ações na área da sustentabilidade. Sem esse recurso também não chegamos lá.” (Empresa D, Pos. 13)

Apêndice C.3 - Oportunidades

O1	Acesso a Financiamento Verde para investir em práticas mais sustentáveis e aprimorar métodos operacionais; Uma oportunidade levantada neste âmbito da sustentabilidade e consequentemente melhores resultados apresentados nos relatórios ESG é o acesso ao financiamento verde, também conhecido por investimento responsável, permite uma alocação de recursos financeiros mais diversificada nestas áreas, reduzindo os riscos associados a investimentos não sustentáveis. “Outra questão também é a questão do mercado financeiro estar a mudar e mantermos o acesso, se possível, aos mercados financeiros, tudo o que tenha a ver com o financiamento verde. (Empresa B, Pos. 11) “Tem havido algum dinheiro, mas para áreas muito concretas na produção de energia mas há muito mais na sustentabilidade a fazer e acho que devia haver um incremento de incentivos, diversificar a matéria sustentabilidade, na parte social e na parte do governance.” (Empresa B, Pos. 62) Elaboração e partilha pública de reportes ESG; Os responsáveis referem que nos relatórios que são apresentados, de uma forma geral, é de elevada importância ter as evidências que corroboram o que é reportado. Um dos instrumentos mais cruciais neste cenário é o reporte, ferramenta indispensável para as organizações que procuram destacar-se num mundo cada vez mais consciente e preocupado com as questões ambientais. “O reporte permite que as empresas comuniquem o seu compromisso com a responsabilidade social, ambiental e práticas de gestão sólidas.” (Empresa A, Pos. 16) “Transparência com as partes interessadas, expor o que está a ser desenvolvido, o processo, métodos e partilha dos resultados, o que vai alinhar com o propósito da organização.” (Empresa D, Pos. 6)
	Outro ponto acordado entre todas as empresas entrevistadas é justamente o cumprimento e alinhamento com a legislação em vigor e diretivas, o que traduz num guia para elaboração dos documentos nesta fase onde os reportes ainda são de índole voluntária. O que também é possível concluir é que as empresas estão fortemente motivadas pelas questões sustentáveis, mas muito impulsionadas pelas questões legais.

O2	“Há um atendimento aos requisitos legais e conformidade legal, que é revista de uma a duas vezes ao ano, acompanham diariamente toda a legislação necessária, (...)” (Empresa D, Pos. 39) “Nós estamos a seguir-nos pela diretiva, ainda não somos obrigados a cumpri-las só a partir de 2026 relativamente ao desempenho de 2025, mas o nosso processo já está alinhado com esta diretiva para irmos “treinando” e já reportamos segundo os standards que já existem, publicados pela união europeia.” (Empresa B, Pos. 42) “A Empresa A será abrangida na segunda wave para divulgação não financeira em 2026 referente ao reporte de 2025 enquadrada nas grandes empresas. Assim no âmbito da norma está a ser realizada toda a análise de contexto, capacitação das equipas, análise sobre a dupla materialidade, reflexão sobre a estratégia ESG, visão, posicionamento, modelos de governação, pilares estratégicos, etc. Está também a ser definido o roadmap para a nova diretiva, obrigações de reporte, comunicação de ratings, objetivos e planos para a concretização da estratégia, objetivos para os planos de modelos de reporte, definição dos KPI's, eixos estratégicos, discussão de descabornização, economia circular, entre muitos mais parâmetros essenciais a ter em conta.” (Empresa A, Pos. 36-37) Realização de auditorias e inspeções aos dados reportados nos relatórios para maior fiabilidade. “(…) esta transparência e confiabilidade de dados reportados surge através de auditoria externa realizada por uma entidade independente, que assegure que os dados apresentados no relatório são reais transmite a qualquer stakeholder uma garantia de confiança, tanto a nível dos próprios dados do relatório como o desempenho da organização.”(Empresa A, Pos. 32) “Nós para concluirmos se estamos no caminho certo nós fazemos auditorias, consultamos alguém que averigua o que foi auscultado por nós, os nossos resultados, o nosso desempenho e tentamos que eles olhem para os standards e tentem perceber onde já estamos mais aproximados e onde ainda temos ainda caminho para andar, (...)” (Empresa B, Pos. 35)
O3	Aposta na constante Inovação tecnológica por parte das corporações; As empresas que investem em maiores níveis de tecnologia para a sua operação no mercado beneficiam de uma vantagem inquestionável perante os seus concorrentes, uma vez que a digitalização é um ponto crucial no bom desempenho corporativo. É importante o destaque de equipas direcionadas para estas questões de constante atualização e inovação. “Elenco um desafio adicional que tem a ver com a adaptação e adoção de ferramentas informáticas, para tudo o que tenha a ver com a gestão de estratégia, apuramento de dados, gestão de informação, monitorização dos indicadores, alocação das ações, como somos uma estrutura grande é importante esta questão, garantir que temos uma ferramenta que nos auxilia a agilizar todo este processo (...)” (Empresa B, Pos. 26) “A tecnologia desempenha um papel crucial no avanço de práticas de sustentabilidade, oferecendo ferramentas e soluções inovadoras que permitem às empresas reduzir o seu impacto ambiental que possa ser negativo e fortalecer a sua responsabilidade com a comunidade.” (Empresa C, Pos. 50) “(…) temos grupos de trabalho a criar dados para isto, novos diretores também têm missões novas nestas matérias, que é trazer mais fiabilidade nos nossos dados, mapear melhor os nossos indicadores, para trazer mais riqueza a esta questão dos indicadores.” (Empresa B, Pos. 33)
O4	Associação com entidades que promovam a sustentabilidade corporativa; “Por exemplo, nós fazemos parte da GRACE, um dos projetos é influenciar aquilo que é importante para os Açores” (Empresa B, Pos. 87) “(…) através da adesão à Cartilha da Sustentabilidade dos Açores, como membro-fundador da cartilha de sustentabilidade dos Açores e em 2021, (...)” (Empresa C, Pos. 26) “Somos ssociados GRACE – Empresas Responsáveis, é uma associação de utilidade pública, sem fins lucrativos, que atua nas áreas da Responsabilidade Social e Sustentabilidade.” Além disso é evidenciado que a formação deve chegar a todos os colaboradores num curto espaço de tempo acordado por cada instituição, ser adequada à função que cada um desempenha e ser assertiva. (Empresa D, Pos. 26) Ambiente colaborativo através de parcerias entre empresas para partilha de boas práticas e know-how; O estabelecimento de parcerias corporativas permite a partilha de conhecimento, recursos, crescimento entre si, alavancar a performance, melhoria de skills, partilha de boas práticas, soluções inovadoras, implementar ações concretas que beneficiem o ambiente e comunidade, fortalecer as políticas sustentáveis, impulsionar projetos de responsabilidade social e corporativa.

	“Não importa o setor e dimensão todas as organizações tem um papel a desempenhar num futuro mais sustentável, é com a criação deste ecossistema empresarial devidamente alinhados e com objetivos comuns que se chega mais rapidamente e de forma mais eficiente a bons resultados.” (Empresa A, Pos. 69-70) “Permitiu a aproximação, diálogo, partilhar, disseminar a mensagem.”(Empresa B, Pos. 88) “(…) nesta fase de transição, o estabelecimento de parcerias promove uma boa frente ao bom desenvolvimento corporativo sustentável e alcance de metas definidas.” (Empresa C, Pos. 65)
--	---

Apêndice C.4 - Ameaças

A1	Alterações climáticas provocadas pela atividade humana; As alterações climáticas podem provocar desastres naturais que ao ocorrerem nesta região podem provocar danos irremediáveis ou de recuperação demasiado longa, tanto para o meio ambiente como no impacto nas corporações, apesar de até ao momento as matrizes de risco não incluírem um foco nesta dimensão, revela-se uma ameaça ao desempenho sustentável. “Nós não temos incêndios florestais cá nos açores, meti isto na matriz de risco, mas imaginemos que o clima muda e começa a ser mais seco e houver um incêndio, é um grande impacto negativo na ilha.” (Empresa B, Pos. 79) Gestão de riscos associados a alterações climáticas. “Trabalham, segundo a responsável, na prevenção e não na reação, o que facilita muito o trabalho às entidades reguladoras” (Empresa D, Pos. 52) “Através das metas não cumpridas há planos preventivos ou de backup que visam justamente a reduzir as chances de não se voltar a cumprir determinada meta.” (Empresa A, Pos. 26) “Isto permite assegurar uma deteção de forma precoce a necessidade para atuação, em menos de 24 horas começam a solucionar o eventual dano. Torna uma atuação mais rápida e eficiente, evitam desta forma depender de outra entidade (...)” (Empresa A, Pos. 23)
A2	Microescalas dos intervenientes na cadeia de valor e cumprimento de requisitos obrigatórios a nível legal dos mesmos; Os administradores das grandes empresas consideram crucial o apoio à economia local, tanto para a prosperação do desenvolvimento económico da região, como muitas vezes por serem co-dependentes, em determinadas ilhas, de representantes e indivíduos que possam desempenhar funções específicas. O que pode colocar em causa o desempenho global das corporações, uma vez que o incumprimento legal na cadeia de valor poder trazer riscos à imagem de marca e penalidades legais às empresas que requisitam estes serviços. No entanto também pode atuar como influenciadores a estas microescalas para uma atividade mais sustentável e procura de medidas mais equilibradas nas três áreas ESG. “A preferência por escolher entidades que possam colaborar no reporte ESG e excluir as que não conseguem desempenhar esta função. O grande receio é que se comece a afunilar tanto por parte das entidades compradoras, pois necessitam de cumprir com requisitos por sua vez, que as mais pequenas deixam de existir, ou entram numa realidade completamente exigente ou podem efetivamente fechar portas, uma visão pessoal da responsável.” (Empresa D, Pos. 76) “(…) um dos grandes desafios é trabalhar com as cadeias de valor, quem e o que está envolvido no nosso processo enquanto entidade, como elaborar estes reportes de forma totalmente transparente. (Empresa D, Pos. 76) É muito complicado seguir a cadeia de valor quando não se trata de empresas estruturadas, com sistemas integrados de gestão, equipas preparadas para reporte, monitorização.” (Empresa D, Pos. 61) “As regulamentações variam entre diferentes países e regiões. Garantir a conformidade com todas essas regulamentações pode ser um desafio logístico e jurídico.” (Empresa C, Pos. 54) “(…) a nossa maior preocupação é que eles existam e se mantenham nas ilhas a trabalhar para nós e a fazer aquilo que é preciso ser feito. Geralmente como estas são de pequenas escalas ou por não existirem têm grandes dificuldades financeiras para fazer face às exigências legais.” (Empresa B, Pos. 73) “Há produtores locais que comparativamente a outros produtores nacionais ou europeus não possuem os mesmos recursos, isto acarreta uma dificuldade na medida em que dificulta o cumprimento de alguns requisitos do grupo, seja em termos de packaging, retoma de embalagens de plástico, entre outros. O que é feito é um acordo entre ambas as partes de forma a existir um equilíbrio na relação comercial, (...)” (Empresa A, Pos. 53)

	Apoio aos micro intervenientes locais da cadeia de valor; Sensibilizam e influenciam os seus fornecedores a reduzir a utilização de plástico e adoção de práticas sustentáveis por demonstração dos seus resultados e medidas de poupança. A preferência pelas entidades locais apenas é sobreposta quando estas não têm uma solução que cumpra com os requisitos legais aos quais o grupo tem de obedecer. “A empresa detetou uma grande dificuldade no reporte referente à pegada de carbono pois os fornecedores não conseguiam dar informações de emissões, por exemplo, no transporte marítimo de resíduos, apesar de não ser uma empresa pequena, os transitários tinham grande dificuldade em passar informações como frotas, consumos, emissões, pelo nós fizemos o “trabalho deles”.” (Empresa D, Pos. 62) “Possivelmente os custos de aquisição seriam menos elevados se a compra fosse efetuada ao grande fornecedor, mas como o grupo defende todos os pilares ESG de igual forma, é mantida esta política de apoio à economia local.” (Empresa A, Pos. 53-55) “(…) é dada uma prioridade aos prestadores de serviços e produtores locais, é uma política do grupo.” (Empresa A, Pos. 53)
A3	Localização periférica das empresas; Segundo os entrevistados o facto de a região localizar-se num arquipélago e desta forma isolar-se do continente, reverte-se numa vantagem em duas medidas, por um lado, permite uma maior preservação do património ambiental e cultural da região, por permitir um maior controlo da região insular comparativamente à região continental, e por outro ser abordada numa perspetiva de laboratório, podendo atuar como alçapão para uma realidade sustentável maior. “A região dispõe de uma vantagem competitiva porque beneficia do fator periférico que o torna exótico e distintivo, no entanto a visibilidade externa é cada vez maior, quer pelos produtos, natureza, capital natural, cultura singular, diversidade gastronómica, entre outros. No entanto a nossa identidade mantém-se intacta e esta sim é a maior vantagem do nosso isolamento geográfico, então neste ponto em que caminhamos para uma maior sustentabilidade é uma vantagem pois acaba por atuar como uma seleção do turismo que chega à região, maior responsabilidade, o destino é protegido de uma massificação do turismo. Estes obstáculos de localização territorial não são, portanto, obstáculos à sustentabilidade.” (Empresa A, Pos. 65) “(…) é uma vantagem porque por um lado podemos ser um laboratório de experiências, temos uma escala pequena, podíamos ser um laboratório para tecnologias que a nível continental depois podia ser implementado.” (Empresa B, Pos. 81) “Os Açores têm características geográficas, ambientais e socioeconómicas únicas. As entidades reguladoras poderiam desenvolver orientações personalizadas ou mesmo específicas para melhor capturar os impactos ambientais e sociais específicos das atividades da nossa região. Por forma a enriquecer as notas metodológicas e em standards sectoriais.” (Empresa C, Pos. 48) Cultura geracional açoriana reticente a mudanças e adoção de novos hábitos; A comunidade local, segundo alguns entrevistados, pode estar mais resistente a mudanças ou à implementação e adoção de medidas preventivas que possam de alguma forma afetar a realização normal das atividades de lazer. “Algumas medidas não são recebidas com maior agrado pela população, no entanto entendem que não há outra forma de proteger a riqueza natural da região e manter a qualidade de vida se não cooperar com as medidas, é sem sombra de dúvidas muito importante sensibilizar para o retorno que se obtém com determinadas medidas.” (Empresa A, Pos. 61) “É muito importante este apelo chegar ao coração de todos mas é muito difícil.” (Empresa B, Pos. 78) “(…) em termos de literacia e habilitações sermos um pouco mais atrasados que a média nacional e europeia, temos uma grande taxa de abandono escolar, eu acho que só vamos ser uma região rica quando as pessoas que cá estão serem bem informadas, então é preciso começar já pois só haverá resultados em algumas gerações, (...)” (Empresa B, Pos. 87) “Algumas medidas não são recebidas com maior agrado pela população, no entanto entendem que não há outra forma de proteger a riqueza natural da região e manter a qualidade de vida se não cooperar com as medidas, é sem sombra de dúvidas muito importante sensibilizar para o retorno que se obtém com determinadas medidas.” (Empresa A, Pos. 61)
A4	Falta de oferta de conteúdo formativo de reporte ESG ao capital humano responsável pela elaboração dos relatórios. “Uma seria as entidades formativas, quer as institucionais e as privadas, que deviam ter mais oferta formativa neste tema, quase que não há nenhum.” (Empresa B, Pos. 58-59)

Reforço nos apoios ao reporte sustentável pela entidade governamental local, associações e parcerias empresariais; Por via da análise das entrevistas realizadas foi possível aferir de forma transversal a sugestão de haver um maior reforço na sustentabilidade nos três eixos por parte das entidades reguladoras; Maior oferta de conteúdo formativo na elaboração de reportes ESG às empresas, sobretudo as PMEs, sensibilização sustentável por parte das associações aos seus associados e maior número de parcerias entre empresas de forma a beneficiarem de boas práticas e alcançarem mais rapidamente os objetivos comuns e bons resultados.

“A sugestão que já foi dada nestas associações é trazer as câmaras de comércio e indústria das ilhas para estas temáticas, pois para pequenos comércios a melhor opção será ir por estas câmaras de comércio, um trabalho de ajuda. (Empresa D, Pos. 71)”

“(…) a sociedade política não está muito focada para a concretização dos mesmos. A nível nacional é das entidades que está mais balanceada, mas ainda assim longe de atingir os objetivos propostos nas diretivas.” (Empresa D, Pos. 47)

“A potencialização do envolvimento da comunidade por exemplo com a educação e sensibilização: Programas de educação e sensibilização podem ajudar a informar a comunidade sobre os benefícios das práticas sustentáveis e como elas podem ser implementadas sem comprometer as tradições locais, a iniciar desde tenra idade.” (Empresa C, Pos. 61)

“Devia de haver uma mensagem continua das entidades governamentais dos benefícios da sustentabilidade numa região como a nossa, que precisa disto para subsistir, (…).” (Empresa B, Pos. 78)

“As associações seriam um veículo importante para convencer os seus associados, por exemplo na indústria leiteira, fazer iniciativa ou pagar em função da sustentabilidade. Bem explicado os agricultores também percebem que é melhor para eles (…).” (Empresa B, Pos. 64)

“Não tenho sentido grande oferta nesta matéria pelas câmaras de comércio. Sinto que podia sair qualquer coisa que o governo podia incentivar a fazer.” (Empresa B, Pos. 60)

“Todos os players de mercado, quer seja o governo, concorrentes, clientes, fornecedores, afins desempenham funções importantes no trilhar do caminho da sustentabilidade e é através da colaboração que se podem acelerar ações em prol da sustentabilidade e essas ações só assim têm de facto impacto.” (Empresa A, Pos. 68)

